

REVISTA

TORMENTA

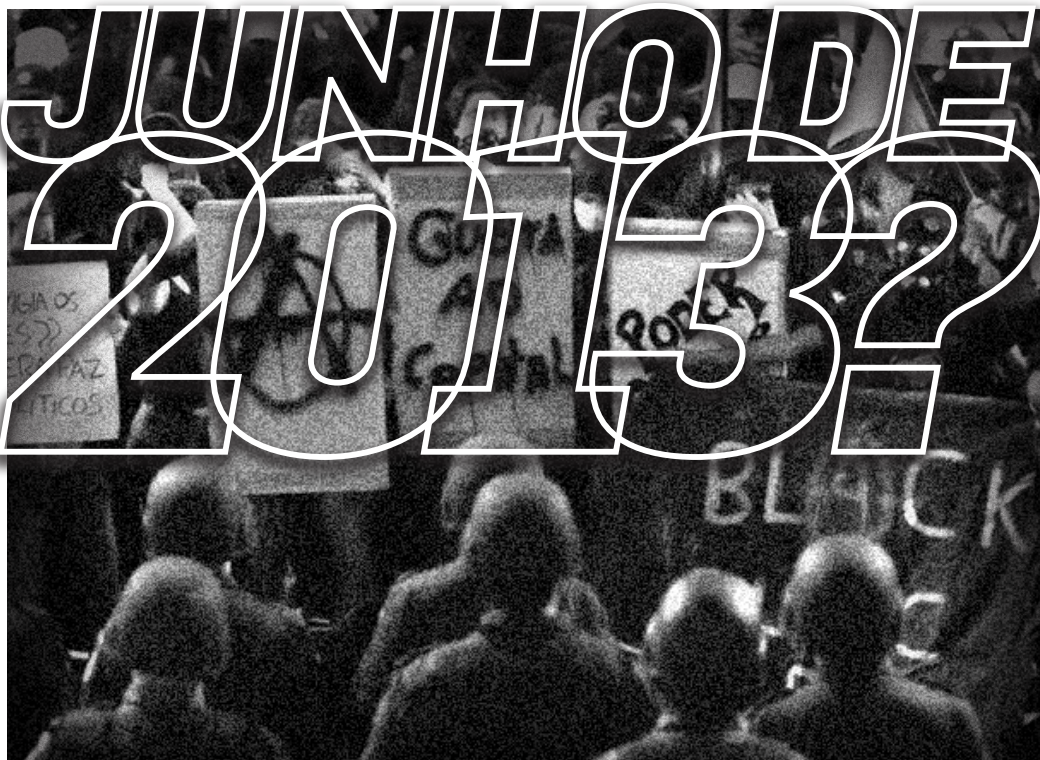
2023

FACÇÃO FICTÍCIA

ANO 4 • EDIÇÃO #02

**QUEM TEM
MEDO DE**

**JUNHO DE
2013?**



OUTONO DE 2023



FACCCAOFICTICIA.NOBLOGS.ORG

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
POR QUE 2013 AGORA?	10
ESQUERDA ELEITORAL, AÇÕES DIRETAS FASCISTAS E RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2022	16
ISTO NÃO É UMA INSURREIÇÃO POPULAR.....	27
A REVOLTA POPULAR NO PERU: ANARQUISTAS DISCUTEM O LEVANTE CONTRA A POLÍCIA E O ESTADO DE EMERGÊNCIA.....	32
"O GOVERNO QUER ROUBAR ANOS DE NOSSAS VIDAS": AS LUTAS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA FRANÇA.....	43
GEZI PARK: 10 ANOS DOS LEVANTES NA TURQUIA.....	55
O JUNHO (RASTEJANTE) EM BELO HORIZONTE.....	64
DAS BARRICADAS: RELATO DOS BLOQUEIOS CONTRA A PL-490 EM SP	82
LEITURAS RECOMENDADAS	87

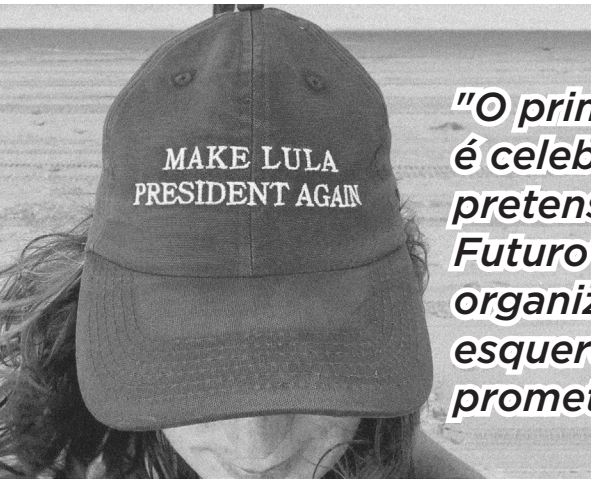


Neste mês, completam-se 10 anos dos levantes de junho de 2013 no Brasil. Uma onda que começou em Porto Alegre no início do ano com protestos contra o aumento do preço das passagens de ônibus e metrô, se espalhou pelo país em uma revolta popular em escala nacional após os atos em São Paulo contra o aumento da passagem. Uma década depois, as lutas radicais contra os custos e miséria da vida no capitalismo é apresentada pelos partidos de esquerda, a mídia e supostos intelectuais como “a origem da nova extrema-direita” que chegou ao poder em 2018 com Jair Bolsonaro. É lamentável que etejamos aqui hoje tentando contar a história como ela foi, disputando o discurso com negacionismo puro, em vez de estarmos celebrando os protestos com mais atos radicalizados, como fazem no Chile as multidões indo para as ruas todo Primeiro de Maio, todo Día del Joven Combatiente ou todo aniversário do golpe de 1973, mantendo a memória de luta com mais luta.

O Partido dos Trabalhadores nos presenteia com mais uma inovação: pela primeira vez, a esquerda institucional não tenta cooptar e reivindicar uma revolta popular, mas sim associar o protesto de rua e a mobilização autônoma ao fascismo, numa tentativa desonesta de culpar o oprimido pela reação dos opressores. A finalidade dessa tese é simplesmente favorecer uma cultura política que condena a auto-organização e a rebelião, justificando a repressão e a criminalização dos que não se submetem aos ritos democráticos e jurídicos, especialmente movimentos autônomos e anticapitalistas de base.

Uma década depois de lançarmos os primeiros textos¹ desse coletivo editorial, aqui estamos mais uma vez para refletir sobre junho de 2013. Naqueles dias ainda enfumaçados, começamos a escrever e difundir uma aná-

1 https://faccasoficticia.noblogs.org/files/2015/08/zBK_P_editores_2016.cleaned.pdf



"O primeiro dia de governo é celebrado com um pretensioso "Festival do Futuro", ironicamente organizado para celebrar uma esquerda que só é capaz de prometer um passado."

lise anárquica e insurrecional diretamente das barricadas, compartilhando e trocando experiências e reflexões com outros indivíduos e grupos organizados em movimentos de luta contra a tarifa, ocupações, coletivos editoriais, tentando entender o solo instável em que pisávamos e nos preparar para os anos turbulentos que viriam. Sabíamos muito bem que era preciso lutar com a mesma – ou maior – força contra o capitalismo quando ele é gerido por um partido de esquerda. Pois as políticas e leis repressivas que eles nos fazem aceitar enquanto estão no poder como algo normal do exercício de gestão, servem apenas para serem aplicadas com ainda maior peso e violência quando a direita volta ao poder.

Estivemos nas ruas lutando e registrando nossas experiências², seja nas lutas contra o aumento da tarifa em 2013, contra os megaeventos como a Copa e as Olimpíadas em 2014, saímos em apoio às ocupações de escolas em 2015, que começaram em reação às reformas neoliberais do então governador tucano Geraldo Alckimin e reprimidas pelo jurista linha-dura Alexandre de Moraes. O primeiro, recém-filiado ao Partido Socialista Brasileiro é transformado em vice-presidente na atual gestão petista e o outro, é nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. proclamado “herói da democracia” e seu maior defensor. Estivemos também nas lutas contra a austeridade aprofundada pela gestão Temer, nas lutas por moradia e pela terra, por demarcações, contra a eleição de Bolsonaro e, novamente contra a esquerda acovardada, quebrando o pacto do “fique em casa” junto às torcidas e coletivos antifas enquanto fascistas organizavam carreatas e motociatas na pandemia mais letal do século.

2 https://facciao ficticia.noblogs.org/files/2015/08/DIAGRAM_FINAL.cleaned.pdf

Não imaginamos o quão turbulento seria aquele período logo depois percebermos que não saberíamos o que fazer com nossa primeira grande vitória em escala nacional naquele junho de 2013. Dez anos se passaram, e aquele mês vitorioso foi ofuscado por uma década de derrotas. Agora, os que venceram querem enterrar e caluniar nossas lutas, nossas histórias – e nossos mortos.

A ideia de que as jornadas de junho foram a "antessala do golpe" ou o que abriu as portas para a vitória de Bolsonaro não se sustenta nos dados da realidade. O ano de 2013 foi o ano com o maior número de greves desde os anos 1980. Mais de 2 mil greves mobilizaram cerca de 2 milhões de trabalhadoras e trabalhadores, segundo o DIEESE³. Logo após junho, mais de 30 Câmaras Municipais foram ocupadas, como em Belo Horizonte [*veja o aritgo Junho (rastejante) em Belo Horizonte*], ainda no desdobramento das lutas contra o aumento da tarifa dos transportes públicos. A esquerda e os movimentos permaneceram ativos e presentes nas ruas. O antipetismo, que não começou em 2013, não se traduziu nas urnas e não foi capaz de nem mesmo barrar uma nova vitória de Dilma nas urnas. Reeleita em 2014, a petista enfrentou os primeiros grandes atos contestando o resultado das urnas eletrônicas organizados pelo opositor Aécio Neves, do PSDB. Ainda assim, foi por vontade própria que Dilma escolheu abandonar a irreal promessa de dar uma "guinada à esquerda" e aplicar políticas de austeridade e cortes sociais mais alinhadas com a do candidato derrotado da direita.

Quem trouxe as serpentes para dentro de casa foram os próprios governos petistas. Além da vice-presidência ser sempre de um membro do PMDB (José de Alencar e Michel Temer), o PT nomeou quadros do PMDB, do PP

e políticos fisiológicos centrão para sua base governista e para altos cargos em estatais como a Petrobras. Quando os protestos massivos abalam o sistema e a opinião pública, a direita vem sequestrar pautas e emplacar o chavão de que a "revolta é contra a corrupção", Dilma topa comprar essa pauta como estratégia de marketing para se blindar pe-



3 www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.html

"Contra corrupção é o caralho!"

rante a opinião pública. Porém, esquece que governantes que não blindam enquanto classe, corporativista e corrupta por definição, são traidores para aqueles que sabem jogar o jogo. Dilma acreditou que poderia se beneficiar dos resultados da operação Lava Jato como se fosse possível alegar que todos são corruptos, menos o seu governo. Quando o lavajatismo avança e empresários e políticos são presos, diretores são demitidos das Estatais, sem a proteção costumeira, essa mesma classe política decide inverter a chave, e se aliam pra dizer que "todos são limpos, menos o PT" e quebrar o pacto até então bem-sucedido.

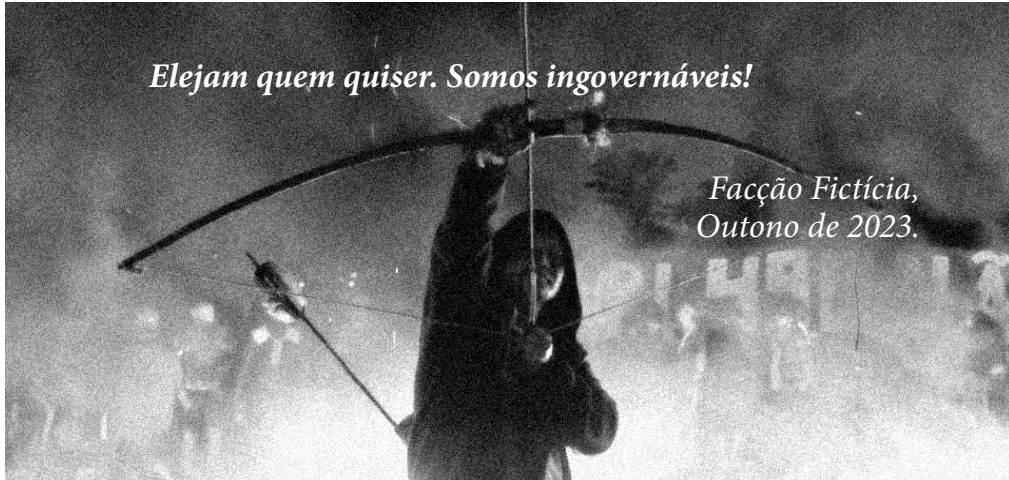
Mas como PT e autocrítica são palavras rivais, é muito mais fácil criticar quem luta para mudar a realidade de fora do sistema político, do que fazer a crítica de suas próprias práticas, ou as dos grupos reacionários – as verdadeiras serpentes – com os quais se aliaram e pelos quais foram mordidos. O movimentos sociais que se recusam a ser governados, esses sim devem ser esmagados, presos, expurgados e apagados dos livros.

Se direita se reorganizou após os levantes de 2013, cooptando e emulando formas autônomas de organização, estéticas e linguagens, não vemos aí nenhuma novidade, do ponto de vista histórico, uma vez que tanto a Primavera dos Povos de 1848, a Comuna de Paris em 1871, a tentativa de Revolução Alemã em 1919, ou mesmo as lutas camponesas nos anos 1960 no Brasil foram seguidas de reações e golpes da classe dominante e conservadora. O fascismo se alimenta da energia de revoluções fracassadas, mas nem por isso o antídoto seria não lutar – pelo contrário, seria lutar mais e melhor! Cabe a nós, radicais, nos reagruparmos para contra-atacar.

Mesmo acumulando tração e conquistando vitórias na última década, a extrema direita brasileira se mostra tão incompetente quanto a estadunidense em governar, e sua “anti-gestão” ainda parece incapaz de entregar a estabilidade que o Capital tanto precisa. Lula retorna prometendo reverter o estrago feito pelo bolsonarismo e entregar a pacificação tão necessária para os negócios. Em menos de seis meses, a nova gestão teve que se aliar e ceder espaços aos mesmos parlamentares de aluguel do centrão e da base bolsonarista. As derrotas no Parlamento para aplicar o Marco Temporal, e que tiram poder do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas já indicam que a classe política não vai ajudar Lula a cumprir suas promessas de inclusão feitas às minorias representadas pelos indivíduos que subiram com ele a rampa do palácio no ritual de posse. Ou seja, a nova frente ampla petista já demonstra mais uma vez a antiga tese de que qualquer aliança da esquerda com a direita tente sempre para o conservadorismo.

O primeiro dia de governo é celebrado com um pretensioso “Festival do Futuro”, ironicamente organizado para celebrar uma esquerda que só é capaz de prometer um passado, como um filme de ação em que o protagonista tenta reinterpretar, já na terceira idade, seu sucesso da juventude – sem dublês! O fracasso em amenizar os efeitos da vida no capitalismo agonizante é inevitável para qualquer governo e apenas uma questão de tempo para Lula – e fascistas estarão mais preparados e armados que da última vez.

Portanto, não há como celebrar como vitória o retorno do partido que nos enfiou goela abaixo aumento vertiginoso do encarceramento, os megaeventos e seus desalojos, Belo Monte e a destruição do meio ambiente e dos povos originários, que enviou as tropas da Força de Segurança Nacional atirar e nos prender, que sancionou uma Lei Antiterrorismo contra os movimentos sociais, e agora nos faz engolir uma aliança com Alckmin, Lira e os demais. Uma vitória por menos de 2% nas urnas é muito mais uma sorte, uma frágil condição favorável, do que uma tranquilidade. O bolsonarismo colocou em movimento paixões fascistas capazes de mobilizar o ódio e a reação nas ruas, nas escolas, nas estradas, no campo, nas instituições e em todo espaço de convívio. E somente o enfrentamento feito por fora da via institucional poderá fazer frente e barrar esse avanço. Será preciso lutar como em 2013 de novo e de novo, quantas vezes for necessário. Não ajustaremos o nosso tom. Agora, quando o pacto de classes petista se refaz de maneira ainda mais reacionário do que da primeira vez, como uma pausa para respirar enquanto a burguesia, os militares, as milícias e as tradicionais castas políticas não retomam o controle total da máquina, e o maior partido de esquerda do país quer usar o fantasma fascismo para chantagear movimentos sociais e o protesto de rua, reafirmamos nossa postura sem acordo e sem recuo na guerra contra gestores da vida e da morte, sejam da esquerda ou da direita.



Elejam quem quiser. Somos ingovernáveis!

*Facção Fictícia,
Outono de 2023.*



É cada vez mais comum ver pessoas e organizações de esquerda defendendo uma narrativa que busca responsabilizar as Jornadas de Junho de 2013 pela ascensão do fascismo bolsonarista, traçando paralelos entre o uso da tática black bloc e os ataques fascistas em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023. Há quem defenda que junho de 2013 teria sido orquestradas por forças ocultas para desestabilizar o governo de esquerda. O próprio PT defende abertamente a tese de "ovo da serpente do fascismo" ao falar dos levantes de 2013, como fez em artigo de capa da revista Focus de junho de 2023. Mas essas versões negacionistas dos fatos não se sustentam quando analisamos o contexto de greves e movimentos sociais no período.¹

Da insurreição à eleição:

Não começou em 2013, não vai terminar em 2023

2013 foi o auge de uma série histórica de protestos, paralisações e ocupações que vão de 2011 a 2016, segundo uma expressão local e tendências globais derivadas da crise de 2008. Foi um ano de lutas populares, no qual houve o maior número de greves desde o fim da ditadura civil-militar (1964-1985). Foram mais de duas mil greves. Mil e cem apenas no setor privado. Aderiam a essas manifestações trabalhadores que não viam mais os sindicatos como seus representantes e que procuravam deixar manifesta sua insatisfação com

¹ Artigo lançado como em vídeo pelo coletivo Antimídia, em janeiro de 2013: ver <https://youtu.be/Bup3570lgPc>

a situação e a precariedade das condições de trabalho e vida. Várias categorias entraram em greve de forma autônoma, contrariando seus próprios sindicatos.

Os governos petistas alimentaram uma insatisfação popular ao gastar bilhões em megaempreendimentos, como a hidrelétrica de Belo Monte e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, da Copa do Mundo e das Olimpíadas, que levaram à remoção de comunidades periféricas e povos indígenas de suas terras. A esquerda vivia seu delírio de grande nação desenvolvimentista. E para garantir que a nação se desenvolvesse em direção ao progresso foi mobilizada a presença cada vez mais militarizada do Estado nas favelas, periferias e regiões onde habitam povos tradicionais. Muitas dessas obras incentivaram ainda mais o uso do automóvel, o que impulsionou movimentos orgânicos em defesa do transporte público e livre de tarifas e catracas, por mobilidade urbana e em defesa dos espaços públicos.

E enquanto a gestão do PT levou alguns movimentos sociais para dentro das instituições, por meio de conselhos participativos que nada decidem, tirando deles o papel de pressionar o Estado por mudanças, a característica autônoma e horizontal desses novos movimentos os tornou mais atraentes para a atuação política das pessoas, seguindo uma onda global do período de recusa da representação. Em todo planeta se dizia; "Não nos representam!". Eles ganharam corpo e adesão popular por abordar o que era esquecido pela esquerda no governo, que a solução não era uma mera questão de gestão do neoliberalismo, e exigiam mudanças mais radicais.

Repressão e violência de Estado

Ao se confrontar com manifestações horizontais, sem lideranças definidas e que se recusavam a ser assimiladas, as organizações da esquerda brasileira descobriram que estavam desconectadas das demandas populares e começaram a atacar e deslegitimar a revolta. A maior parte dos partidos de esquerda lançou notas se desvinculando e criticando a ação de supostos anarquistas. Alguns inclusive ajudaram os aparatos de repressão do Estado e entregando pessoas à polícia.

O governo do Partido dos Trabalhadores e seus aliados não hesitaram em responder à indignação popular com criminalização através do aparelhamento das polícias e da aprovação de uma lei antiterrorista. Lei que tem

pouco sentido em um país cuja única prática terrorista foi, e continua sendo, o terrorismo do Estado. No entanto, respondia-se a mais uma demanda internacional para a realização dos megaeventos.

Um povo que se volta contra aquele que diz ser o "governo do povo" não poderia ser um povo. A filósofa Marilena Chaui disse numa palestra para Policiais Militares do Rio de Janeiro que quem aderiu à tática Black Bloc era fascista. Para tais intelectuais, até hoje, 2013 não foi uma revolta popular, mas o início do fascismo brasileiro.

Dentro dessa lógica, parte da esquerda vê 2013 como o início de uma reação das classes médias privilegiadas às conquistas sociais alcançadas durante os governos do PT, manipuladas para servir aos interesses dos inimigos imperialistas de sempre. Para inserir esses contratempos em uma narrativa global, se adotou a noção de "guerra híbrida".

Guerra híbrida?

Guerra híbrida é um conceito, cunhado por militares estadunidenses. Uma primeira referência à expressão aparece em um artigo de 2005 escrito pelo general James Mattis e pelo tenente-coronel Frank Hoffman, ambos das forças armadas dos EUA, cujo objetivo era projetar cenários de guerras futuras. A expressão-conceito foi popularizada ao descrever as ações da Rússia durante a anexação da Crimeia em 2014. A intenção era criar na esquerda uma repulsa a mobilizações populares. Para isso difunde-se a ideia de que todas as manifestações e lutas contra opressões, como as lutas antirracista, feminista e da comunidade LGBTQIA+, assim como manifestações autônomas e contra a política representativa e as instituições, seriam na verdade demandas implantadas por governos imperialistas para desestabilizar governos.

Essa narrativa vem do livro *Guerras Híbridas*, que fez sucesso com a esquerda brasileira depois de 2013. Seu autor, Andrew Korybko, é um analista político que se alinha às políticas do Estado russo e seus interesses geopolíticos. Ele defende o regime fascista de Viktor Orbán na Hungria e o AfD, partido alemão de extrema direita. Em 2016 apoiou a candidatura de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, para “acabar com o totalitarismo do politicamente correto”.

Korybko estrutura seu livro no pensamento geopolítico de Aleksandr Dugin, intelectual russo, conservador e cristão, que é uma das principais influências do Presidente russo Vladimir Putin. Foi Dugin que fundou o Partido Nacional-Bolchevique depois do fim da União Soviética, uma vertente do fascismo conhecida como nazbol. O nome é homenagem ao nazismo e ao comunismo bolchevique, que um dia, segundo ele, serviram de contraponto à expansão dos Estados Unidos. O símbolo do partido é similar à bandeira nazista, mas com uma foice e martelo pretos em vez da suástica no centro.

Misturando elementos do comunismo com outros da extrema-direita, busca seduzir pessoas da esquerda para um projeto político que é essencialmente fascista. Muito de seu programa pode parecer atraente para pessoas libertárias e de esquerda – pois é anticapitalista e anti-imperialista; elogia aspectos de sociedades e tradições não-ocidentais e pré-coloniais ao mesmo tempo em que condena o Estado-Nação. Essas posições – por mais necessárias que possam ser para um programa radical de esquerda – não são nem boas nem más em si mesmas; antes, são instrumentos, ferramentas para a criação de um novo mundo.

A influência de Dugin vai desde o coordenador de campanha de Trump, Steve Bannon, até o filósofo do Bolsonarismo, Olavo de Carvalho, com o qual colaborou.

Guerra midiática

As jornadas de junho de 2013 contaram com a presença popular massiva. As pessoas que protestavam em peso eram, claramente, das camadas excluídas, camelôs, moradoras de rua, faveladas, trabalhadoras precarizadas e, claro, boa parte da chamada classe média.

Ao perceber a escala das manifestações, a grande mídia considerou que a insatisfação popular poderia ser manipulada discursiva e midiaticamente. Mas mesmo com os ataques diários da imprensa corporativa, o apoio popular não parava de crescer em solidariedade contra brutalidade da violência Estatal. A tática black block, que embora não fosse novidade, ganhou destaque em meio aos protestos e teve amplo apoio popular. As mídias digitais e as redes sociais ajudaram nesse sentido, desmentindo a constante desinformação da imprensa corporativa, e permitiram que as imagens da violência Estatal fossem mostradas diretamente à população.

Quando a guerra da informação fracassou em domesticar a revolta, o Estado iniciou o processo de mobilização intensa das forças de repressão com protagonismo militar, criação de inquéritos policiais para perseguir manifestantes, arrancando pessoas de suas casas para prendê-las e treinamento para policiais atuarem em manifestações em países como Inglaterra e França. Com a repressão, as forças da ordem obtiveram mais êxito em gerir e abafar a revolta.

Fracasso da esquerda, vitória da direita

A esquerda institucional fracassou em aproveitar essas mobilizações para avançar suas pautas mais radicais (considerando que seu objetivo deveria ser esse, mas estava evidente que não era). Nem mesmo suas pautas reformistas avançaram. E até hoje se recusa em reconhecer que 2013 foi produto de uma insatisfação com o modelo de o inclusivo promovido pelos governos petistas e reação ao seu limite que havia chegado com o fim do ciclo das commodities pós crise de 2008. Até ali acreditava-se que era possível integrar a população ao mercado de consumo através de uma economia baseada no extrativismo. E não ousou perturbar as estruturas que sustentam a desigualdade no país.

Continuar a negar a legitimidade dessas manifestações é garantir a permanente criminalização do protesto e das dissidências. Por outro lado a direita soube tirar proveito da insatisfação popular. E pela primeira vez desde 1964, voltou com força às ruas. Enquanto isso, tudo o que os setores majoritários de esquerda fizeram foi clamar pela legalidade e pela ordem. Inúmeras pessoas e organizações que se dizem de esquerda abriram mão de apoiar lutas sociais contra as opressões para defender as próprias instituições opressivas do Estado burguês.

Daqui pra frente

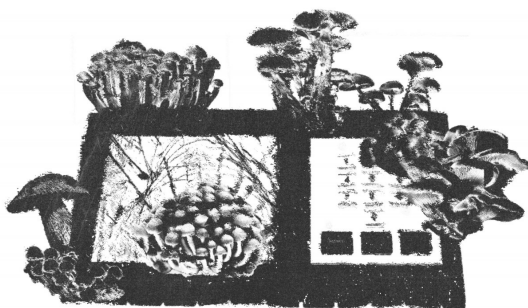
A volta de Lula ao jogo político é uma forma do sistema restabelecer a fé nas instituições burguesas como a democracia representativa. De certa maneira, está se tentando restabelecer os acordos entre elites econômicas, políticas e militares que fundaram a nova república e foram abaladas pelas manifestações de junho de 2013. Mas agora num arranjo ainda mais à direita e até mesmo com amplos setores da esquerda defendendo o fortalecimento de

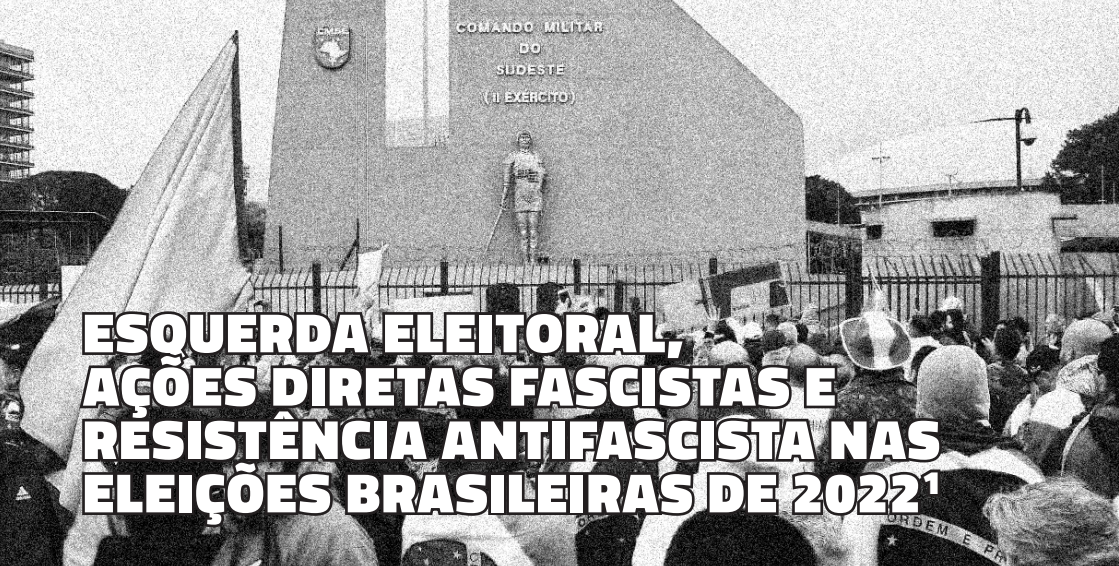
polícias, tribunais e prisões em nome da defesa do chamado "Estado democrático de direito"

O novo governo petista precisará de alianças cada vez mais amplas para defender avanços sociais cada vez mais tímidos, ao mesmo tempo em que as condições econômicas e políticas que no passado permitiram sua governabilidade agora tendem a se deteriorar.

A estabilidade que buscam não virá apenas através de bolsas, auxílios ou políticas de inclusão. Veremos cada vez mais o aumento da vigilância e do controle, com dispositivos de segurança que multiplicam o encarceramento em massa e o genocídio dos povos pretos, indígenas e marginalizados, seja na cidade ou no campo. O retorno de Lula e do PT ao governo pode ser uma conjuntura favorável, mas não vai durar muito. O Estado jamais extinguirá completamente o fascismo, pois depende dele para restabelecer o controle quando perde legitimidade política.

Enquanto os povos não ocuparem e tiverem autonomia sobre seus territórios e suas vidas, a pacificação e a conciliação de classes do lulismo apenas abafarão as revoltas populares, enquanto legitimam e fortalecem as instituições do Estado. E quando a esquerda perder o poder novamente, uma nova tomada fascista voltará a ser uma ameaça.





As eleições de 2022 colocaram em confronto o nacionalismo autoritário de Jair Bolsonaro ao esquerdismo institucional, Luiz Inácio Lula da Silva do PT. Cada uma dessas estratégias rivais de governança se apresentava como a única salvação possível para a democracia. Toda a campanha foi marcada por atos de violência fascista, e não apenas de eleitores: nas semanas finais, parlamentares aliados a Bolsonaro trocaram tiros com policiais e perseguiram adversários nas ruas com armas na mão.

Dia 30 de outubro, aconteceu o segundo turno da eleição para determinar o presidente e os governadores, e Bolsonaro perdeu para o ex-presidente Lula. Mas Lula venceu por apenas 1,8%, preparando o terreno para o conflito que continuará dividindo o Brasil, assim como as eleições de 2020 nos Estados Unidos não marcaram o fim da polarização política.

Após o resultado ser divulgado na noite de domingo, protestos de apoiadores do atual presidente de extrema-direita começaram pelas ruas nas cidades e bloqueando estradas do país. A esquerda institucional e seus movimentos de base se mantiveram recuados e, mais uma vez, coube a antifascistas, torcidas organizadas e moradores das periferias partir para a ação e começar ações de desbloqueio das vias. Essa pode ser uma amostra dos impasses e conflitos que veremos nos próximos anos de governo petista e de reorganização da extrema-direita.

1 Artigo lançado como em conjunto com coletivo CrimethInc. em 11/2022. Ver crimethinc.com/EleicaoBr22

Não se Derrotada o Fascismo nas Urnas

As primeiras horas após a eleição deixaram claro que, longe de ser uma “derrota do fascismo”, o resultado nas urnas mostra que o projeto bolsonarista, abertamente autoritário, misógino, racista e que trabalhou para agravar a pandemia que matou mais de 700 mil pessoas, ainda tem apoio de metade do eleitorado – quase 60 milhões de pessoas. Parte considerável desse grupo está disposta a lutar por ele, nunca parando de se mobilizar e ocupar as ruas. Além disso, os aliados de Bolsonaro que conquistaram o governo de 13 estados e uma grande bancada nos parlamento darão continuidade à sua agenda criada pelos militares que o colocaram no poder junto de setores conservadores da burguesia, do cristianismo fundamentalista e dentro das forças de segurança.

Naquela noite, momentos após o resultado da eleição ser divulgado, um bolsonarista armado matou duas pessoas e baleou várias de uma mesma família que celebrava a vitória de Lula em Belo Horizonte. Na madrugada de segunda-feira, já haviam bloqueios em 221 pontos em estradas na metade dos estados do país, e em dois dias, 26 dos 27 estados contavam com estradas bloqueadas por bolsonaristas, chegando a um ápice de quase 900 pontos com bloqueios ou manifestações pelo país.

Os bloqueios no Brasil não surgiram do nada. Eles atendem à uma mobilização e radicalização reproduzida pelo presidente e seus apoiadores desde a vitória em 2018. Nos últimos anos, houveram outras paralizações os bloqueios de caminhões desempenharam um papel significativo na agitação da extrema-direita nas Américas. No Chile, caminhoneiros de direita organizaram bloqueios nas rodovias, colocando-os como uma resposta ao ativismo indígena mapuche. No México, os trabalhadores dos transportes são frequentemente usados como tropas de choque para exercer pressão em nome do PRI (Partido Revolucionário Institucional). No inverno passado, no Canadá, caminhoneiros de extrema-direita montaram bloqueios em protesto contra as leis obrigando a vacinação. Provavelmente veremos mais bloqueios de caminhões no futuro.

Bolsonaro repetiu diversas vezes que temia ter o mesmo “destino que Jeanine Añez”, que assumiu o governo da Bolívia após um golpe de estado promovido pelas forças policiais enquanto os militares apenas observavam, e acabou condenada à prisão. O fato de que a direção da PRF decidiu atrasar eleitores no domingo e apoiar ativamente os bloqueios dos bolsonarista mostra que o caso boliviano serviu de inspiração para seus planos.

Derrotado, Bolsonaro levou quase 48 horas para se pronunciar. Em seu discurso de 2 minutos, não reconheceu abertamente o resultado, criticou o movimento que bloqueia estradas e recomendou que fizessem outras forma de “protesto pacífico”, mas fez o típico discurso ambíguo da extrema-direita que mantém inflamadas as suas bases militantes ao mesmo tempo em que tenta evitar implicações legais.

Longe de ser uma “derrota do fascismo”, o resultado nas urnas mostra que o projeto bolsonarista, abertamente autoritário, misógino, racista e que trabalhou para agravar a pandemia que matou mais de 700 mil pessoas, ainda tem apoio de metade do eleitorado – quase 60 milhões de pessoas. Parte considerável desse grupo está disposta a lutar por ele, nunca parando de se mobilizar e ocupar as ruas. Além disso, os aliados de Bolsonaro conquistaram a maioria dos cargos nos estados e nos parlamentos e darão continuidade à sua agenda criada pelos militares que o colocaram no poder junto de setores conservadores da burguesia, do cristianismo fundamentalista e dentro das forças de segurança.

Para além dos aliados de Bolsonaro que se perpetuarão no poder, é importante lembrar que seus milhões de eleitores e, especialmente, sua base radicalizada não vão mudar de ideia de um dia para o outro. Como os recentes atos e bloqueios mostram, eles estarão dispostos a levar suas ideias adiante mesmo sem Bolsonaro. O silêncio do presidente após a derrota trouxe à superfície uma articulação radical que se articulou sem um chamado central do líder, de seus filhos ou apoiadores diretos e figuras públicas conhecidas. Os chamados se deram nos grupos de Whatsapp e Telegram responsáveis por criar e difundir notícias falsas, discursos de ódio e conspiracionistas.

Diferente das greves de caminhoneiros durante o governo Temer e as de 2018, essa não é uma paralisação da categoria como um todo, mas de alguns setores patronais e relativamente poucos militantes radicalizados. E não é preciso muito para fechar as estradas. Apenas um veículo e algumas pessoas.

Durante o domingo de eleição a PRF (Polícia Rodoviária Federal) fez uma megaoperação ilegal de blitz e apreensões de veículos que impediram milhares de eleitores de chegar nos postos de votação, especialmente nas regiões onde Lula era mais popular. No entanto, quando começaram as ações de apoiadores de bolsonaro revoltados com sua derrota, a PRF nada fez para impedir ou acabar com os bloqueios bolsonaristas.

No dia 1 de novembro, o acesso ao aeroporto internacional de Guarulhos, o principal da cidade de São Paulo, contou com ajuda direta de agentes

da PRF que foram filmados rompendo as grades de acesso ao aeroporto. Em algumas cidades, como no estado de Santa Catarina, manifestantes adotaram um tom abertamente nazi-fascista, com saudações nazistas e frases racistas.

Ao longo de quatro anos de resistência popular, incluindo a revolta por George Floyd, Donald Trump manteve o apoio inabalável da polícia e do Departamento de Segurança Interna (Department of Homeland Security), mas perdeu apoio de grande parte da hierarquia militar dos EUA. Em contrapartida, Bolsonaro ainda pode contar com a fidelidade de parte considerável dos militares brasileiros. Após o pronunciamento de Bolsonaro em 2 de novembro, muitos dos manifestantes pró-Bolsonaro dirigiram suas demandas aos militares, exigindo “intervenção federal” – em outras palavras, um golpe militar. Nos Estados Unidos de Trump e no Brasil de Bolsonaro, as eleições não terminam com o anúncio dos resultados nas urnas; eles são, em última análise, determinados pelo equilíbrio de poder dentro do Estado.

Essa “base bolsonarista sem Bolsonaro” pode estar agora à deriva e esperando um novo líder. E sua primeira aposta está sendo nos militares que, ao longo de 4 anos, infiltraram mais de 6 mil oficiais no governo, sendo 2.600 indicados diretamente para cargos de confiança.

Essa foi a recompensa paga por Bolsonaro por ter sido colocado como representante desse “partido militar” informal que é anterior e pode sobreviver ao fim do bolsonarismo. Outro representante dessa classe é o recém-eleito governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas. O mais populoso estado do país, com maior orçamento público, estará agora sob a gestão de um ex-militar presente nas operações de ocupação do Haiti, comandadas pelos governos Lula-Dilma nas operações da MINUSTAH, da ONU. Agentes das forças de segurança ganharam eleições para muitos cargos no congresso, avançando uma “politização das polícias”, usando, inclusive, candidaturas coletivas aos moldes daquelas criadas por ativistas que vieram de movimentos de rua dispostos a “renovar a democracia”.

Ações autônomas e antifascistas

Durante pandemia torcidas organizadas, antifascistas e anarquistas e moradores de favelas organizaram redes de apoio mútuo e, ao mesmo tempo, promoveram atos para demandar direito à moradia, saúde, suprimentos e vacinas. Além disso, as torcidas de esquerda foram as primeiras a convocar contramanifestações para barrar carreatas e ações de apoiadores do presidente em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Por outro lado, a esquerda tornou o “fique em casa” como um mandamento para sua prática política e preferiu recuar e desmobilizar as ações de rua com receio de que isso desse “pretextos para mais repressão”, alegando que era “isso o que Bolsonaro queria” e precisava para um golpe. Antes das eleições, a estratégia era esperar o governo se queimar para eleger Lula mais uma vez – o único capaz de fazer oposição ao projeto bolsonarista. No entanto, ficou claro que essa política recuada e passiva é uma estratégia permanente, pois mesmo com Lula eleito e o presidente acuado, a esquerda institucional e os movimentos sob a influência petista se negaram a convocar atos e contramanifestações. Por exemplo, quando o MSTS (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) convocou seus militantes a abrir as estradas, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) contestou, argumentando que a desobstrução das rodovias era papel do Estado.

Vale ressaltar aqui que até o New York Times, um dos mais veementes defensores da passividade nos Estados Unidos antes das eleições de 2020, apontou que o levante de George Floyd de fato contribuiu para mobilizar uma parcela significativa dos eleitores que permitiram a Joe Biden vencer as eleições de 2020. A verdadeira razão pela qual o editorial do New York Times, a liderança do Partido dos Trabalhadores e outras autoridades liberais e de esquerda desencorajam as mobilizações de rua não é porque acreditam que isso lhes custará eleições, mas porque desejam manter o controle total da situação em todos os níveis da sociedade e estão preparados para correr o risco de perder o poder por causa disso.

Se para eleger Lula a esquerda preferiu ficar em casa, agora com o petista eleito é que parece que vão ficar lá para sempre, aguardando a gestão estatal e policial resolver problemas como o fascismo nas ruas. O problema é que os mesmos fascistas estão se mobilizando dentro da polícia e do próprio Estado.

Felizmente, nem todos estavam comprometidos com a passividade. Logo no dia 1 de novembro, torcedores da Galoucura, do Atlético Mineiro, passaram pela BR-318 que liga Belo Horizonte a São Paulo para ver uma partida e romperam sozinhos os bloqueios bolsonaristas, desmobilizando manifestantes. No dia 2, torcedores da Gaviões, do Corinthians, fizeram o mesmo na Marginal Tietê, importante via de São Paulo, ainda jogaram fogos e perseguiram carros dos golpistas. Ainda em São Paulo, antifascistas perseguiram militantes bolsonaristas saindo dos atos de rua.

No feriado do dia 2 de novembro, militantes antifascistas do Rio de Janeiro fizeram um chamado para uma contramanifestação com 50 pessoas para enfrentar mais de 50 mil manifestantes pedindo golpe militar no centro da cidade, sem qualquer apoio dos maiores movimentos ou partidos. Ao chegarem, foram revistados pela Polícia Militar mais preocupada com a segurança da extrema-direita.

A ação direta e radical nunca deveria ter sido o plano B, uma vez que a rua ainda é fundamental ponto de encontro e articulação e as autoridades não tem o menor interesse em barrar o ressurgimento de hordas pro-fascistas. Quando anarquistas e antifascistas perdem batalha pela a narrativa e aceitam a estratégia da esquerda hegemônica, aceitamos que as ruas se tornem palco para ação e recrutar membros. Qualquer resistência à extrema-direita e a um novo governo petista deve levar em conta o papel central das ruas e da organização popular.

Uma Manifestação Local de Uma Onda Fascista Global

Há muitas semelhanças com o aconteceu nos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021, a chamada “Invasão do Capitólio”, porém, também há diferenças significativas, começando pela liderança política dos fascistas.

Jair Bolsonaro sempre se posicionou como apoiador de Donald Trump, alinhando-se com movimentos globais de extrema direita, como os da Polônia e da Hungria. A família Bolsonaro tem conexões com Steve Bannon, que orientou filhos de Jair Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2018 e em 2022 alegou que a eleição de Jair Bolsonaro era a segunda mais importante para o seu movimento. Após a derrota, Bannon e Trump, aconselharam Bolsonaro a contestar o resultado das eleições. Ainda assim, não é possível afirmar que haja interferência direta de Bannon ou da extrema-direita internacional.

A motivação para as duas invasões de prédios do governo também é semelhante no conteúdo da suposta conspiração: apoiadores de Bolsonaro alegam que as eleições foram fraudadas em favor de uma elite globalista simpática ao comunismo e à China, com o objetivo de desestabilizar governos nacionalistas para disseminar o que chamam de “ideologia de gênero”, incentivam o uso de drogas e promovem os interesses de cartéis criminosos internacionais. Seguindo o exemplo da alt-right em outras partes do mundo,

eles se declaram liberais em seu programa econômico e conservadores em seu programa cultural. Assim, eles afirmam defender a família cristã tradicional como meio de espalhar a supremacia branca, o ódio às pessoas LGBTQI+ e a ansiedade sobre uma suposta ameaça comunista.

A forma de ação também guarda semelhança com a invasão do Capitólio nos EUA, uma turba fascista que não reconhece a legitimidade das instituições e do processo eleitoral que derrotou o candidato deles, reivindicam ser representantes do povo e invadiram as sedes físicas dos poderes constituídos para depredar, gerar caos e enfrentamento com a esperança de suspender o resultado das eleições. Usam slogans associados ao que se chama de populismo de direita, dizendo que as instituições estão sendo manipuladas por uma elite globalista contra os interesses do povo que, no caso, são eles.

Tanto em 6 de janeiro de 2021 quanto em 8 de janeiro de 2023, uma turba fascista que se dizia a verdadeira representante do povo e se recusava a reconhecer a legitimidade do processo eleitoral que derrotou seu candidato invadiu a sede física dos poderes constituídos para gerar o caos na esperança de suspender o resultado das eleições.

Após décadas de gestão democrática, durante as quais praticamente todos os partidos a aceitaram como a única forma possível de fazer política na era da globalização capitalista, a extrema direita recolocou a política no campo da disputa e do confronto. Está cada vez mais claro que o consenso construído no pós-Segunda Guerra Mundial em torno da fórmula capitalismo + democracia liberal + direitos humanos, que ignorava as contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista e estatal, foi rompido. Significativamente, é a direita que aposta nessa ruptura, endossando explicitamente a insurgência e guerra civil, enquanto a maior parte da esquerda ainda se apega às instituições democráticas e à gestão de uma paz cada vez mais precária.

Os acontecimentos no Brasil diferem dos ocorridos nos Estados Unidos na medida em que os bolsonaristas se concentravam em algo mais antigo que o culto a Trump, algo que é próprio da história política brasileira: a nostalgia da ditadura que se instalou por um golpe civil-militar com a ajuda dos Estados Unidos em 1964 e fidelidade a todos os aspectos da ditadura que persistem na sociedade brasileira.

Na formulação do psicanalista Aziz Ab'Sáber: “O que resta da ditadura no Brasil? Tudo, menos a ditadura.”

Além disso, diferente do que se passou nos EUA após a eleição de Biden, as Forças Armadas Brasileiras, composta por oficiais formados em escolas militares permeadas pelo discurso anticomunista do contexto de Guerra Fria e pelo revisionismo histórico que chama o golpe civil-militar de “revolução de 64”, são parte fundamental dos movimentos golpistas. O bolsonarismo (podendo ser chamado assim o atual neofascismo brasileiro e as movimentações de extrema direita no país) social e eleitoral é composto por inúmeros oficiais da reserva do exército, marinha e aeronáutica, além disso, os oficiais da ativa mal disfarçam seu apoio aos manifestantes e fazem, desde 2014, declarações públicas de sua oposição aos partidos e candidatos de esquerda. A prova mais evidente do apoio das Forças Armadas aos movimentos golpistas é a tolerância aos acampamentos nas portas dos quartéis de todo país, algo que não seria admitido se o teor das manifestações fosse outro.

A coalizão liderada pela esquerda institucional que ganhou as eleições em outubro, como temos repetido, acreditou novamente na institucionalidade e em um acordo nomeou para o Ministério da Defesa, José Múcio, um político de direita amigo dos militares cujo partido PTB tem como lema: “Deus, Família, Pátria e Liberdade”. O resultado foi que o próprio presidente Lula em sua declaração sobre os atos admitiu que o Ministro da Defesa não agiu como deveria para desocupar a porta dos quartéis.

O que se passa hoje no Brasil é uma manifestação inequívoca e radical da força que a extrema-direita tem ganhado no mundo nos últimos anos, impulsionada por um fascismo social difuso que sempre existiu na sociedade brasileira mas que a democracia instalada com a Constituição de 1988 não soube ou não quis combater, a começar pela participação dos militares no próprio processo de retomada democrática nos anos 1980 e o seu “papel constitucional” como supostos garantidores dos poderes do Estado.

A maior vergonha para a esquerda como um todo – e especialmente para aqueles que se consideram radicais – é que o governo de Jair Bolsonaro e suas milícias reorganizaram toda a estrutura do Estado, desmantelando a saúde pública, a educação e as proteções ambientais enquanto miravam negros e indígenas pessoas, mulheres e pessoas LGBTQI+, tudo em meio a uma pandemia global que matou no Brasil mais pessoas do que a média per capita mundial. No entanto, fomos incapazes de responder a esses eventos – nem com uma greve geral, nem fechando cidades e rodovias, nem invadindo o palácio do presidente.

Agora, todas essas ações, que deveríamos ter tomado para nos defender contra a extrema direita, estarão associadas à extrema direita. Isso contribui para um discurso que pode nos paralisar, impossibilitando a alavanca-gem necessária contra os fascistas fora e dentro das instituições estatais, sem falar nos outros partidos que também usarão as instituições do governo para continuar impondo os piores efeitos do capitalismo sobre nós.

Nosso desafio agora é continuar fomentando a revolta e, principal-mente, não sabotar o caminho da insurreição quando o aparato do estado está na mão da centro-esquerda e as ruas estão nas mãos dos fascistas e forças de segurança. Para isso, será , será preciso saber provocar a desordem sem ceder as chantagens dos mantenedores da ordem, com seu eterno moralismo defensor da propriedade privada ou estatal.

Brilha a luz de uma estrela morta

Ao invés de uma derrota do fascismo pela esquerda, a eleição de 2022 significou a reconstituição do centro – um retorno a um 2013 sem esperan-ça de mudança positiva, em que toda oposição radical será tratada como se estivesse ajudando a extrema direita. Resta saber se alguém ficará satisfeito com essa nova gestão, cujo aspecto mais radical é a nostalgia dos avanços moderados ocorridos há mais de uma década.

A campanha eleitoral de 2022 ressaltou algo que já estava evidente na eleição de 2018 que deu a vitória para Bolsonaro: a esquerda petista e sua base militante e eleitoral só conseguem prometer uma imagem do passado, de 2003 a 2012, quando Lula e Dilma governaram uma nova fase extrativista do capitalismo latino, compensando os impactos da extração violenta de recur-sos como minério, celulose, carne, grãos e petróleo com benefícios sociais. Essa política foi necessária para incluir as novas classes despossuídas, remo-vidas de seus territórios para dar lugar ao agronegócio, barragens e usinas, e empobrecidas pela urbanização forçada e pela marginalização do trabalho. A escolha para os gestores era bem fácil: era isso ou esperar que mais gente fosse recrutada para o crime organizado ou aderisse à revolta popular.

Agora que o ciclo se fechou, uma extrema direita mais encorajada ob-serva uma nova coalizão de centro-esquerda pacificando sua base eleitoral para ela saia das ruas e desista de lutar por uma sociedade igualitária, ale-gando que movimentos sociais como o levante de 2013 só ajudarão os “extre-mistas” distantes do centro.

Enquanto isso, Bolsonaro e sua seita ousam prometer um futuro pretensamente revolucionário, de “ruptura com o sistema”, “contra tudo” e contra a “velha política” – de ele mesmo que foi parte por 3 décadas como deputado. A imagem de futuro do bolsonarismo e do partido militar é uma reedição de diversos projetos da extrema-direita que vemos pelo mundo, que busca num passado distante uma revisão para seus sonhos autoritários, racistas e misóginos. A bandeira do império brasileiro, carregada por alguns setores da direita brasileira, tem o mesmo efeito que a bandeira dos confederados nos Estados Unidos, resgatando uma narrativa bandeirante de conquista do oeste, quando não existiam leis nem poderes que, em tese, regulam o mandatário, como seria no estado democrático de direito. Para ambos, o cenário perfeito é o da lei do seu monopólio da força armada usada contra o negro, o indígena, a mulher, as florestas e todo o território.

Em 2008, a América Latina via uma chamada “Onda Rosa” de governos progressistas que canalizaram décadas de levantes populares – iniciados com o Caracazo de 1989 e a redemocratização brasileira – para vencer nas urnas com o discurso de “mudar o mundo de cima para baixo”. Mas se tornaram apenas gestores humanizados do neoliberalismo. A opção pela conciliação de classe do PT não conseguiu incluir os pobres e satisfazer os ricos por muito tempo. E muito menos lidar com as classes médias, brancas, especialmente masculinas, que se sentiram pela primeira vez sendo alcançados por pobres, negros e mulheres no acesso a estudo e mercado de trabalho. O resultado foi a revolta popular estourar ao mesmo tempo em que o ressentimento reacionário, que conseguiu capturar melhor a energia das ruas, derrubar um governo petista e colocar um ex-militar no poder.

Ao contrário dos liberais e da direita tradicional, Bolsonaro e seus aliados não buscam realmente governar ou administrar o Brasil, apenas tomar o poder e gerir para poucos aliados e para suas bases radicalizadas. Em vez de comprar vacinas, exigir passaportes de sanitários e controlar o movimento das pessoas em nome da saúde pública, por exemplo, ele simplesmente deixou as pessoas morrerem para manter a economia funcionando.

Tanto Trump quanto Bolsonaro não conseguiram se reeleger como a maioria de seus predecessores. E agora o pêndulo da democracia volta para o lado progressista. É uma questão de tempo até que os novos governos da social-democracia decepcionem mais uma vez as bases exploradas e excluídas e a revolta exploda, como já vemos se desenhar no Chile e nos Estados Unidos. E o fascismo estará a espreita mais uma vez para reunir seu exército.

Uma oposição à esquerda que quer esperar pelas instituições, pelos direitos humanos e internacionais, por um julgamento no Tribunal de Haia, que se compromete com a paz e os ritos democráticos, está naturalmente desarmada e despreparada para enfrentar um inimigo disposto a matar ou morrer enquanto delira pelo seu líder, por deus e sua imagem de futuro glorioso. Assim como esperar que o Estado acabe com os protestos e puna militantes golpistas, ou demandar que faça isso com discursos que criminalizam o protesto, os bloqueios e a ação nas ruas apenas vão dar mais armas e legitimidade às polícias e aos justiceiros que vão nos enfrentar quando formos nós nas ruas protestando por motivos reais, como moradia, comida e dos territórios que sustentam nossa vida.

Também é notório que o uso das fake news e do sensacionalismo podem ter ajudado a desestabilizar a propaganda bolsonarista na reta final, mas alimentar a máquina de desinformação, confusão e a mediação da realidade por corporações como Meta e Google é preparar um terreno para uma luta que estamos condenados a perder. A extrema direita tem uma vantagem fundamental no sensacionalismo da mídia, pois não tem nenhum escrúpulo em mentir e a confusão geralmente serve à sua agenda.

Como fizeram nos anos que antecederam a revolta de 2013, a esquerda institucional voltou a optar por um governo aliado ao centro e à direita. Desta vez, podemos esperar resultados ainda piores em um contexto muito menos favorável. Ou retomamos as ruas e nos organizamos com base em bairros, ocupações, cooperativas, quilombos, aldeias, assentamentos e centros sociais, ou acabaremos descobrindo que somos obrigados a lutar em terreno inimigo, seja virtual ou institucional, quando for tarde demais.

Nenhuma mudança virá de cima. Ninguém está vindo para nos salvar. Tudo depende de nós.



ISTO NÃO É UMA INSURREIÇÃO POPULAR

Breves notas pós-eleitorais

Mal havia terminado o processo eleitoral mais acirrado da história do país, com uma vitória apertada da frente ampla de Luiz Inácio Lula da Silva, por apenas 1,8% sobre Jair Bolsonaro, e protestos de apoiadores da extrema-direita, certamente organizados e financiados por forças empresariais e do agronegócio, tomaram as ruas de várias cidades do país. Primeiramente, com bloqueios de estradas e, sucessivamente, com acampamentos em frente aos quartéis, pedindo intervenção militar ao som do hino nacional, tais bolsonaristas, fomentados por uma enxurrada de notícias fakes e muitas vezes insuflados pelo fanatismo religioso, questionam o resultado das urnas.

Não é de agora no Brasil que a nossa variante pentecostal e milicianista da alt-right norte-americana se traveste de antissistêmica para surfar na onda da falência representacional. Desde a ascensão do bolsonarismo, vimos o sistema tomando vida própria se apresentar sob a máscara de uma alternativa que seria diferente e fora da democracia representativa. Vimos, por exemplo, um político com vários mandatos como deputado se eleger como sendo “o novo na política”. Vimos caminhoneiros trancar estradas com barricadas pedindo golpe militar (sim, não é a primeira vez¹), e assistimos protestos contra o direito à livre manifestação, como se a contradição evidente não fosse um absurdo precisamente pela compreensão de que vivemos uma ordem sustentada por sucessivos e continuados estados de suspensão da ordem dita normal, e pela manutenção de um estado permanente de emergência.

1 A greve dos caminhoneiros em 2018 foi um movimento autônomo e múltiplo bastante diverso do que vemos nos protestos atuais pós-processo eleitoral, que nos parece certamente em sua maioria empresarial, entretanto, já naquele momento haviam setores da extrema direita envolvidos e pedindo intervenção militar.

Mas é claro que nem mesmo diante disso talvez imaginássemos a quantidade de mobilização que temos diante de nossos olhos por mais de 15 dias continuados, com milhares fazendo saudações nazistas, catársis coletivas nas ruas, guerra social em cada esquina, construções de realidades paralelas. Já faz tempo que os anarquistas apontam para o perigo de se confiar numa política feita apenas pelas instituições e com foco no processo eleitoral. Mas a falência da representação não se cura com uma vitória nas urnas, o jogo de forças não acaba com o final de uma apuração apertada, na qual um dos lados reúne multiplicidades discordantes (cuja única unidade parece ser a exclusão do bolsonarismo) contra um projeto político delimitado e crescente por dentro e por fora das instituições.

Quando Bolsonaro venceu as eleições em 2018, alguns setores da esquerda apontaram para a necessidade de se retomar as ruas, ocupar os espaços de construção de base, fazer a política que de fato pode transformar a sociedade, mas os setores majoritários da esquerda institucional preferiram apostar as fichas apenas no processo eleitoral, na negociação com os de cima, que não poderia ser atrapalhada por uma cidade insurgente. O discurso era: não é a hora, vamos ganhar em 2022, deixem ele sangrar. E todos nós sangramos. E o risco sempre foi, como ainda é: ganhar e não se levar. Ou ainda: até ganhar, mas em péssimas circunstâncias. Pois eles perderam a presidência, mas se consolidam como maior projeto político unificado no país. E se ganhou sim, não queremos dizer aqui que a derrota de Bolsonaro não significa nada (momento "faz o L e agradece ao nordeste"²). Mas o ponto é: isso não é suficiente, desde que não apenas se ganhou perdendo-se muito do caráter à esquerda, mas este caráter continuará tendo que ser negociado cada vez mais para se manter a governabilidade durante os próximos anos.

Diante de uma direita que não recua, nem mesmo com a derrota eleitoral, nossa resposta não pode ser recuar cada vez mais, inclusive de nossos valores mais importantes. O capital político que agora ocupa as ruas é capaz de barganhar recuos e vantagens muito mais até do que os próprios cargos que eles ocupam no congresso. Sobre tudo se não houverem outras forças políticas dispostas a disputar. Para além da possibilidade real de um golpe institucional, o que se vê é uma amostra do que serão os próximos anos, pois se alguém entendeu a política para além do voto e as consequências da crise de repre-

2 Frase utilizada nas comemorações da vitória eleitoral de Lula como forma de irritar bolsonaristas insatisfeitos com o resultado.

sentação, certamente não foi a esquerda institucional. Pouquíssimas têm sido até agora as respostas nas ruas por parte da esquerda. E o que houve como, por exemplo, alguns casos de desbloqueios de vias, partiram de coletivos autônomos antifascistas e torcidas organizadas, e não da esquerda institucional.

O que se esperava com a vitória de Lula seria um novo pacto social, equivalente a uma recomposição do passado idílico (nunca existente realmente) da representação perdida. Alguns diziam, mesmo sem acreditarem totalmente, na comemoração do dia da vitória, que as ruas estavam sendo retomadas finalmente, desde que “aqueles vândalos terríveis de 2013” haviam colocado pra jogo o sistema vigente. Tantos divergentes teriam sido finalmente unidos, reunificados, na figura paternalista e salvadora de Lula, o único capaz de unificar nossa sociedade e suas contradições. O símbolo da reconciliação social. Porém, nem 24 horas depois, já era possível ver as ruas queimando, e o quanto isso era patentemente falso: não haverá novo pacto social, pois o fascismo uma vez saído do armário (e não precisamos aqui lembrar que os liberais e social-democratas ajudaram a abrir a porta em grande medida pra conter a insurreição popular), não pretende voltar para lá tão facilmente. E, diante disso, nunca se viu tanto uma esquerda defensora da suposta ordem e da constitucionalidade.

Tornar-se um fake daquilo que poderia combatê-lo – puxando greves, fechando estradas com barricadas, ocupando os espaços públicos – permite ao mesmo tempo tomar para si um lugar vazio, deixado pela ausência de um projeto de ruptura revolucionária à esquerda, bem como mobilizar as forças da ordem e os discursos (inclusive da própria esquerda) contrariamente a priori ao que poderia vir ser em qualquer momento uma insurreição popular. A quem interessa uma direita que é um fake da esquerda? A todo aquele que pretende enterrar para sempre qualquer possibilidade de modificação profunda da sociedade.

Deveria haver uma boa razão para os métodos da direita não serem os da esquerda³, se em algum sentido acreditamos que os meios não se separam dos fins. Parar a produção, atrapalhar a circulação de mercadorias, do ponto de vista do capital, seria barrar a economia, se colocar diametralmente contra o deus-mercado, aquele que estaria verdadeiramente acima de todos. Mas a questão é que, se por um lado, o poder é logístico, a crise também pode ser um muito bom negócio, além de um modo de governo. E, mais que isso: é

3 Frase dita por Bolsonaro em seu primeiro discurso público após a derrota nas urnas.

tudo fake – a política na falência da representação se faz por símbolos invertidos e significantes sem significados. “No mundo realmente invertido, o verdadeiro é um momento do falso.”⁴

Dito de maneira mais precisa: uma direita que se traveste de um fake da esquerda, rouba-lhe a potência no mesmo movimento que a força a combater qualquer discurso revolucionário de antemão. É assim que se é capaz de fazer até com que os setores mais afeitos a uma transformação social profunda defendam o Estado e a ordem constitucional. Como se este modo de organização não fomentasse a própria crise que por agora o sustenta. É assim que o poste pode mijar no cachorro: que todos peçam mais polícia, repressão, que se volte à normalidade! “Manifestações legítimas, ok, mas todos concordamos que o direito de ir e vir é sagrado”, disse o vice de Lula, com seu grande histórico de repressão aos movimentos sociais nas costas e um sorriso amarelo no rosto. Nunca é demais lembrar: a normalidade mesma gerou as condições para que a extrema direita tomasse as proporções que toma hoje.

E é assim que vemos uma manifestação com a participação direta da polícia e pedindo intervenção militar ser chamada de desordeira, baderneira, ou mesmo de insurrecional. E é assim que vemos um líder autoritário partidário do golpe militar e do fim dos direitos democráticos dizer que ‘todo poder emana do povo’⁵. Melhor do que fabricar inimigos para gerar as medidas que visavam combatê-los, estratégia já largamente utilizadas pelos estados neoliberais desde o final da guerra fria, é tornar-se um pouco o próprio inimigo que se visava combater, o que significa ocupar o seu lugar ainda que de maneira totalmente inócua e vazia.

E, diante disso tudo, não é ainda surpreendente dizermos novamente: não é momento! “Tomar as ruas agora pode ser a desculpa para o golpe”, e quantos golpes não tomamos desde que esta frase vem sendo repetida? Tomar as ruas é força política e é formador também. Por que quando o fascismo ocupa as instituições, nós nos voltamos para a política institucional, mas quando eles ocupam também (e talvez sobretudo) as ruas, nós ainda vamos nos voltar apenas às instituições?! Estas se mostram insuficientes e voltadas à manutenção de uma forma de governo que favorece o esfacelamento de qualquer valor

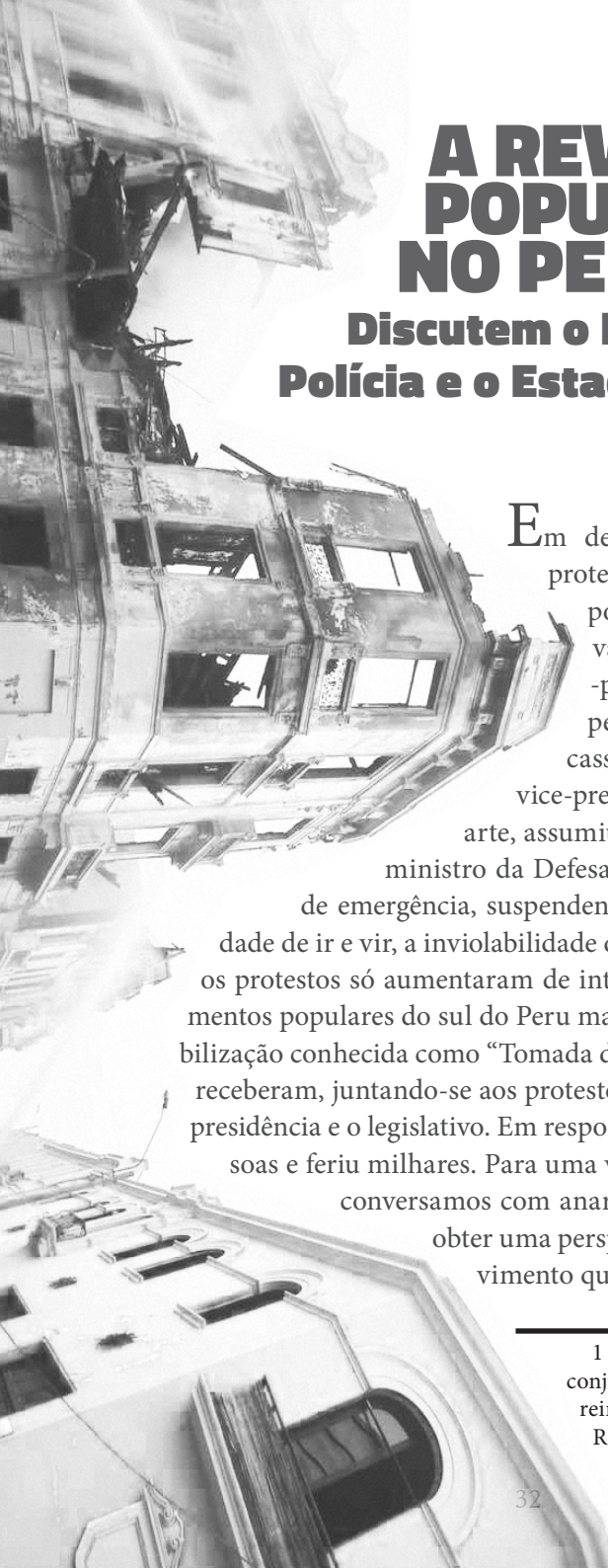
4 DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017, p. 40.

5 Conferir: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/general-manda-recado-apos-barroso-chamar-homem-de-mane-cuidado>

à esquerda. Sair dos espaços de construção coletiva deixou à esquerda não apenas uma direita que é um fake de nós mesmos, mas também nos transformou em fakes da direita. Desde a pandemia, todos os espaços com plenárias, espaços de construção política coletiva públicos, até mesmo as universidades, foram sistematicamente esvaziados de nossas presenças. Enquanto as igrejas pentecostais seguiram se multiplicando. Para o bem ou para o mal, nós não somos bons em ser fakes. Nossa força é a multiplicidade, é o incontrolável e o não negociável.

As ruas são nossas, vamos retomá-las!





A REVOLTA POPULAR NO PERU: Anarquistas Discutem o Levante Contra a Polícia e o Estado de Emergência¹

Em dezembro de 2022, uma onda de protestos populares liderados por camponeses e os movimentos indígenas varreram o Peru depois que o ex-presidente Pedro Castillo sofreu impeachment após uma tentativa fracassada de dissolver o legislativo e sua vice-presidente, a conservadora Dina Boluarte, assumiu o governo. Em 14 de dezembro, o ministro da Defesa, Alberto Otárola, decretou estado de emergência, suspendendo a liberdade de reunião, a liberdade de ir e vir, a inviolabilidade do lar e outros direitos. No entanto, os protestos só aumentaram de intensidade. Em 18 de janeiro, movimentos populares do sul do Peru marcharam até a capital em uma mobilização conhecida como “Tomada de Lima”. Estudantes e sindicatos os receberam, juntando-se aos protestos para exigir novas eleições para a presidência e o legislativo. Em resposta, a polícia matou mais de 60 pessoas e feriu milhares. Para uma visão direta desses acontecimentos, conversamos com anarquistas peruanos, na esperança de obter uma perspectiva sobre os aspectos desse movimento que ultrapassam a política de estado.

¹ Artigo também lançado como em conjunto com coletivo CrimethInc. em fevereiro de 2023. Acesse em crimethinc.com/RevoltaPeru23

O Peru tem uma longa história de golpes de estado no poder e violência estatal e paramilitar no campo. Após uma crise envolvendo a falta da última página de um contrato entre o governo peruano e a Companhia Internacional de Petróleo, o general Juan Velasco Alvarado derrubou o presidente eleito Fernando Belaúnde Terry em 1968. A partir da década de 1980, o grupo armado maoísta Sendero Luminoso conduziu uma guerra de guerrilha no campo que ceifou dezenas de milhares de vidas. O presidente Alberto Fujimori dissolveu o Congresso em 1992 para obter o poder absoluto, que manteve por meio de uma vasta rede de atividades secretas coordenadas pelo chefe do serviço de inteligência do Peru, Vladimiro Montesinos – até ser derrubado em 2000 após uma eleição fraudulenta. Em novembro de 2020, protestos generalizados forçaram o presidente interino Manuel Merino a renunciar após apenas cinco dias no cargo.

Mais recentemente, o vizinho Equador viu revoltas em 2019 e 2022, nas quais grupos de base ligados à Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) desempenharam um papel central na resistência às medidas de austeridade impostas pelo Estado. Algo semelhante ocorre hoje no Peru, onde um movimento composto principalmente por camponeses e indígenas interrompeu o funcionamento do capitalismo extrativista, afirmando seus próprios interesses e estruturas organizacionais fora do quadro do poder estatal.

À medida que uma nova série de tentativas de golpe ocorre nas Américas, do 6 de janeiro de 2021 nos Estados Unidos ao 8 de janeiro de 2023 no Brasil, é importante aprender como os movimentos populares podem manter a resistência diante da repressão policial – especialmente movimentos envolvendo os explorados e excluídos.

Conversamos com participantes do Periódico Libertária², publicação anarquista que surgiu como parte da resistência ao regime peruano. Seu objetivo, como eles dizem, é “a libertação total dos Andes e de todo o território dominado pelo estado assassino chamado ‘Peru’”.

P: Em outros países, são muito escassas as informações que recebemos sobre a revolta que ocorre neste momento nas ruas peruanas. A mídia noticia de forma superficial que há manifestações e greves, com repressão policial que já matou dezenas de pessoas e feriu milhares. Ainda assim, pouco se discute sobre o contexto e quando se fala, mantém-se o binário: apoio a Pedro Castillo, presidente que

2 <https://periodicolibertaria.wordpress.com/>

tentou dissolver o Congresso e aplicar um golpe, ou a destituição de Dina Boluarte, sua vice que assumiu o cargo depois do Impeachment do presidente, e também a demanda popular pela realização de uma nova eleição. Mas sabemos que as revoltas estão sempre para além dessas simplificações e, por isso, é preciso entender o contexto e as lutas recentes nos territórios onde as insurreições acontecem. Sendo assim, gostaríamos que você escrevesse uma história de uma perspectiva anarquista sobre o que está acontecendo lá no momento e quais são as possíveis conexões com outras insurreições que ocorreram na chamada América Latina?

R: Normalmente, os meios de comunicação de massa cobrem os protestos no exterior como algo isolado e localizado, mesmo que o que está acontecendo esteja a apenas alguns quilômetros de distância. Nos meios de “comunicação” existe o receio de expor problemas estruturais e analisá-los em profundidade. Sabe-se que no Peru vivemos um processo antiautoritário que poderia ocorrer em qualquer país latino-americano, especialmente considerando a coincidência e a origem dos problemas – racismo estrutural, pobreza extrema, corrupção institucionalizada e uma violenta democracia neoliberal.

Nesse caso, a repressão do atual governo tem sido caracterizada pelo racismo desenfreado. Houve massacres em cidades dos Andes e do Altiplano [as montanhas e planaltos do Peru]. Obviamente, a desprezível imprensa amarela não tem apresentado uma representação fiel da realidade. Enquanto a militarização continua em várias cidades – como Ica, no litoral, e Puno, no altiplano – o último assassinado em Lima (28/01/23) foi descrito pela mídia como mero delinquente quando sua morte foi transmitida no um canal a cabo no país. Há um constante confronto assimétrico entre as armas do Estado e as lutas dos povos em busca da liberdade.

No que diz respeito às conexões com outros eventos, sem esquecer os problemas específicos deste território e o caráter camponês da revolta peruana, as referências mais próximas são as experiências antiautoritárias de outubro de 2019 da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE). A diferença está na ausência de grandes organizações indígenas, já que a Confederación Campesina del Perú (a Confederação Camponesa do Peru fundada em 1947) sofreu o violento assédio do Sendero Luminoso (grupo marxista) e também a perseguição do ditador Alberto Fujimori, resultando em sua atual desintegração. Para compensar esta ausência existem as organizações camponesas de base, tanto provinciais como distritais.

Isso também explica o fracasso da esquerda política em direcionar os protestos para seus interesses. Vimos confrontos abertos com parlamentares nas ruas e até ações diretas contra suas propriedades.

Você pode falar sobre a participação dos camponeses e indígenas nas manifestações?

Deve-se afirmar abertamente que os grupos camponeses estão à frente dos levantes neste território. Existem diferentes grupos étnicos no Peru que resistiram à maquinaria colonial (em todas as suas formas) e mantêm uma longa tradição antiautoritária. Nessas circunstâncias, diferentes etnias ou nações se uniram para enfrentar diretamente a açougueiro Dina Boluarte.

Embora alguns dos partidos políticos tenham contribuído para organizar os protestos por meio de suas bases, eles estão tentando se posicionar como vanguarda; isso não é mais sustentável, pois as pessoas não aceitam mais os apelos à não violência vindos desses partidos. É por isso que as pessoas queimaram prédios estatais, incluindo delegacias de polícia.

Por outro lado, essas ações também nascem de uma justa sede de vingança contra a capital Lima, porque dirige toda a maquinaria legal colonialista que, através do extrativismo e outras atividades econômicas, esmaga as populações das províncias, usando a violência do estado e força privada para expulsá-los, prendê-los e até matá-los sempre que se opõem a um projeto – ou simplesmente quando exigem o cumprimento dos termos com os quais concordaram como condições para aceitar um projeto estatal ou privado.

A isto se somam as lembranças do comportamento de muitas pessoas de Lima que alugavam quartos, apartamentos ou casas a gente do interior e que não queriam abater o aluguel (ou baixar o valor ou adiá-lo) durante a primeira fase da pandemia, e ainda começou a expulsá-los de suas casas, causando um êxodo de pessoas dos Andes e da selva de volta aos seus lugares de origem por causa da quarentena. Da mesma forma, algumas pessoas foram expulsas de suas casas “por medo de contágio”, porque a imprensa (irresponsavelmente como sempre) espalhou o medo sobre o COVID-19. Além disso, como eles viajavam em grandes grupos a pé porque o transporte era proibido por medo de contágio – e eles nem podiam usar o próprio transporte – a polícia começou a reprimi-los em todos os postos de controle da estrada. E também, os habitantes de algumas localidades, temendo a exposição ao vírus, também participaram dessa repressão e do fechamento das estradas de seus territórios.

É por isso que, há alguns dias, circulou um vídeo da caminhada de Ancón ao centro de Lima (que dizem ser 20 quilômetros) em que uma senhora do Sul agradeceu aos lxs desactivadorxs [os “desativadores”, os grupos que se organizam para neutralizar as armas químicas da polícia] pelo esforço e disseram (embora eu acredite que de brincadeira) que terão um espaço na Grande República do Sul. Parece que essa ideia de dividir o Peru em duas repúblicas, que surgiu durante as eleições presidenciais (primeiro entre a direita, quando viram que grande parte do Sul votaria em Pedro Castillo, e depois nos meios de esquerda, que acredita isso é do interesse de seu governo), ganhou força como resultado dos assassinatos de cidadãos. Isso pode ser aproveitado pelos esquerdistas que – com Evo Morales à frente e o apoio da China por meio de sua Cúpula da CELAC [Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos] – aspiram a governar os novos pactos comerciais extrativistas com a China, especialmente do lítio presente na cidade de Puno, no sul do Peru e na fronteira com a Bolívia. Até os Estados Unidos pretendem obter o controle dessa área, por isso apoia o modelo de exportação mineral para aquela região – não só com a presença de seu embaixador, mas também apoiando o governo do Peru e suas forças armadas e policiais, militarmente e taticamente. É por isso que eles enviaram forças militarizadas para Puno.

Diante de várias propostas de “independência” ou de saída para esta crise, é preciso analisar cada uma delas, pois atrás de cada uma há aspirantes a opressores querendo

Capa da primeira edição do Periódico Libertária.



do puxar os cordelinhos em benefício próprio. Os irmãos e irmãs no Chile já estão nos alertando sobre os perigos ou a ilusão de uma Assembléia Constituinte, até mesmo do próprio processo. *[Para mais contexto, veja nossa cobertura de como o movimento no Chile se perdeu na tentativa de introduzir uma nova constituição por meios institucionais.]* A esquerda, com seus partidos políticos e parlamentares, está tentando se fazer passar por aliada desses protestos em um esforço que só pode ser descrito como oportunismo político; em alguns lugares, os manifestantes os expulsaram ou vaiaram. A esquerda tenta fingir que se importa com seus irmãos e irmãs nas províncias, mas eles apenas os veem e os tratam como possíveis votos a seu favor.

Para concluir, foram os camponeses que colocaram seus corpos em risco nesses protestos – que, com suas huaracas feitas à mão, trocaram projéteis com a *tombería* [tropa de choque], repelindo as covardes forças repressivas do sangrento regime de Dina Boluarte. Eles sabem que é uma questão de vitória ou morte; a democracia nunca resolveu nada para eles, ao contrário daqueles que se venderam a um partido. Essas marchas trouxeram à tona o racismo velado no Peru.

Também nos preocupamos com os recursos para o autocuidado e as possibilidades de voltarem para casa quando tudo passar. Já existe um precedente infeliz desde 2000, quando o povo indígena Shipibo-Konibo foi abandonado e marginalizado após os protestos maciços da “Marcha de los 4 Suyos” contra o ditador Fujimori. [A “Marcha dos Quatro Quartos” em julho de 2000 foi uma mobilização de massas organizada por esquerdistas, partidos social-democratas e movimentos sociais contra as eleições fraudulentas e a posse de Fujimori]. Com a queda do ditador e o parlamento cheio de políticos contrários ao antigo regime, toda a esquerda, centro e liberais se esqueceram dessas pessoas, que ainda sofrem com a pobreza extrema.

Vimos imagens de terrorismo de Estado no Peru, incluindo assassinatos, tortura e prisão em massa, bem como outras formas de agressão da polícia peruana. Sabemos que estes não são eventos isolados – a repressão é algo comum em todos os estados, especialmente quando uma mobilização ataca a ordem e a paz dos ricos. Como está estruturada a polícia peruana? Qual é a história da repressão policial contra os protestos no Peru?

A moderna polícia peruana foi fundada em 1988, a partir da unificação de três agências estatais anteriores. Sabemos que a formação de policiais é um fenômeno transnacional, ou seja, no desenvolvimento da instituição do policiamento, houve vários modelos que serviram de ideal para outros países (em um momento, foi o modelo francês, em outro, o modelo espanhol e, atualmente é uma mistura de várias instituições repressivas em todo o planeta).

No início, a polícia peruana só dispunha de bastões, apitos e coisas do gênero para estabelecer a ordem municipal; então seu armamento aumentou: pistolas, rifles, pinochios (conhecidos no Chile como guanacos, são carros blindados usados para atacar manifestações), caminhões, motocicletas, gás lacrimogêneo, spray de pimenta, drones e computadores.

Eles sempre estiveram do lado do poder. Eles fizeram greve apenas uma vez, durante a ditadura de Velasco Alvarado, que os reprimiu com força militar, deixando um número desconhecido de mortos.

Nos anos 1980 e 1990, as autoridades deram à polícia imunidade legal e moral para assassinar a fim de eliminar o Sendero Luminoso (partido maoísta). Foi então que cometeram as piores injustiças: assassinar, torturar, estuprar, desaparecer, extorquir em todas as cidades e vilas do Peru.

Em 2000 [quando o presidente Alberto Fujimori fugiu para o Japão, substituído por Alejandro Toledo], eles tiveram que se adaptar à ideologia do novo presidente; porém, carregavam no DNA o autoritarismo e o racismo, junto com o montesinism. [*Vladimiro Lenin Ilich Montesinos Torres, ex-oficial de inteligência do exército e espião dos EUA, foi conselheiro do ditador Fujimori e serviu como chefe do serviço de inteligência do Peru sob seu comando.*]

A história recente da polícia é um exemplo claro da impunidade do setor político Fujimontesinista, que nunca foi expulso do aparato institucional do Estado, apenas acomodado nele. Hoje, as práticas repressivas vêm dos ex-quadros de Vladimiro Montesinos e também de seus aprendizes.

Como o chamado Brasil, Argentina, Chile e muitos outros lugares, a região peruana viveu uma ditadura civil-militar. É um território com uma longa história de golpes, como o do presidente peruano Alberto Fujimori em 1992. Fale da resistência e da memória combativa contra os legados da ditadura e a continuidade da repressão e do exterminio na democracia.

É verdade que nesta região houve seguidas interrupções da democracia representativa (o que, obviamente, como anarquistas, não queremos de qualquer maneira) e, conseqüentemente, houve vários períodos de resistência ao autoritarismo e às ditaduras. No entanto, e um tanto contraditoriamente, também houve ditadores apreciados pelos setores populares – por exemplo, o militar nacionalista Juan Velasco Alvarado, que é celebrado por um setor da esquerda conservadora ou kitsch.

Outro ponto a destacar é que o antifascismo dos anos 1930 e 1940 e suas experiências de resistência foram esquecidos no Peru – goste ou não, quem participou do confronto foram anarquistas, comunistas, apristas [membros a APRA, Aliança Popular Revolucionária Americana, um partido socialista fundado em 1924] e progressistas.

A memória antiautoritária das esquerdas dos anos 1970 e 1980 se perdeu com as perseguições sofridas pelo ditador Fujimori e pelos genocidas do Sendero Luminoso – comunistas dogmáticos que assassinaram camponeses, líderes esquerdistas e qualquer outro que se opusesse a eles. Tudo isso contribuiu para uma despolitização nos anos 1990 e para a aceitação da narrativa neoliberal delirante sobre o “empreendedorismo” em 2000, que grande parte da população dessa região ainda hoje aceita.

Apesar de tudo isso, no dia 5 de abril, aniversário do golpe do genocida Fujimori, marcham contra tudo o que representa a atual ditadura: o neofujimorismo, o neoliberalismo, a corrupção em massa, o narcotráfico e o genocídio. É preciso reconhecer que os partidos de esquerda procuram monopolizar o “anti-fujimorismo” para ganhos políticos e que, seguindo as vicissitudes da política peruana, alguns “anti-fujimoristas” revelaram sua verdadeira face a ponto de ingressar nas fileiras do pos-fascistas (por exemplo, o autor conservador Mario Vargas Llosa, [ex-ministro do Interior] Fernando Rospigliosi e [presidente em exercício] Dina Boluarte, entre outros).

Em todo caso, é o antifujimorismo que entregou o trono da presidência ao atual governo. E embora alguns se orgulhem disso (por ter impedido que Keiko Fujimori, filha mais velha do ex-presidente peruano Alberto Fujimori, chegasse ao poder), é preciso dizer claramente que isso só contribuiu para consertar um abominável sistema político que foi brutalmente nos explorando – sob o qual há massacres contínuos nos Andes, graças a políticos, bandidos e empresários.

Agora, vemos ressurgir essa memória combativa; muitas pessoas pararam de se censurar e estão falando sobre o que sofreram por resistir à ditadu-

ra de Fujimori. Ao mesmo tempo, o ataque da extrema-direita tem indignado as pessoas pela forma como usam a acusação de “terrorismo” contra quem se opõe a eles e aos seus ídolos. O famoso “terruqueo” é um conceito que nasceu na década de 1980: é o adjetivo usado para definir quem pode ser morto impunemente. Se você é um terruco(suposto terrorista), pode queimar na fogueira ou ser executado – como fizeram sistematicamente os militares em Ayacucho nas décadas de 1980 e 1990.

Por isso, hoje, o mais próximo da memória combativa é o esforço para desarmar os partidários do ditador genocida Fujimori de sua arma semântica: o “terruqueo”. E é assim que as pessoas estão procedendo nas regiões do sul (lugar onde tanto os militares quanto o Sendero Luminoso massacraram os camponeses). Sem falar em confrontá-los implacavelmente nas ruas até que o fascismo seja destruído!

Há debates sobre legítima defesa nas ruas? Existe alguma discussão por parte dos movimentos e coletivos sobre a abolição da polícia?

Nesta região, ouvimos vários discursos diferentes sobre a polícia. O primeiro é o desrespeito da polícia pelos assassinatos de manifestantes, o que é compatível com o repugnante “princípio da proporcionalidade” (teoria imbecil que tem origem no pacifismo do século passado e justifica guerras, massacres, etc., com base em igualar o uso de armas). A maioria das pessoas que promovem essa ideia são cidadãos e esquerdistas moderados (obviamente não vão atacar a instituição pela qual querem disciplinar quando estiverem no poder). O segundo é o discurso da extrema-direita que dá desculpas ao gatilho (apoiando tomberia e militares em matar sem repercussão legal ou moral) e até mesmo paramilitarismo fascista.

Dentro da esquerda radical, não há quase nada sobre abolir a polícia, embora as pessoas odeiem a instituição por sua corrupção, sua inutilidade em responder a feminicídios, crimes antissociais e outras questões e, finalmente, pelo papel que a polícia desempenha na proteção do empresariado extrativista.

Como anarquistas, acreditamos que é urgente pedir a destruição dessa instituição assassina. Há alguns dias, no blog, um camarada compartilhou alguns artigos não anarquistas discutindo a origem da polícia, a fim de imprimi-los e compartilhá-los na linha de frente.

Ele nos convidou a compartilhar o seguinte fragmento:

“Desde a formação das primeiras cidades, quem as governou teve necessariamente de criar forças repressivas para resguardar os seus domínios dos ataques externos daqueles que procuravam reclamar o que estes governantes lhes arrebataram nas zonas rurais onde viviam, e contra os ataques internos dos aqueles que estavam insatisfeitos com esses governos, reinos ou impérios. Toda a história da civilização e de suas cidades e outros domínios sempre foi dividida entre governantes e governados. A questão é que a direita ama a polícia porque, para ela, os policiais se comportam como servidores que garantem a segurança de seus domínios e privilégios. Por outro lado, o problema é que seu suposto adversário, a esquerda, não busca a abolição da polícia porque isso enfraqueceria seu controle quando chegar ao poder. A abolição da polícia é um passo necessário para uma vida em plena liberdade, encontrar outras formas de convivência equilibrada e respeito é mais um passo necessário para não depender para sempre da existência da polícia. De fato, as comunidades indígenas viveram outrora sem a instituição da polícia ou sua lógica. Hoje, em várias dessas comunidades, essas lógicas e práticas estão sendo impostas como parte do processo civilizatório do sistema e dificultam nosso caminho.

Por fim, estamos interessados nas diferentes expressões do anarquismo na região conhecida como América do Sul. Por favor, fale sobre os envolvidos nas lutas anárquicas na região peruana.

O anarquismo é muito humilde nesta região. Existem diferentes organizações e indivíduos com diferentes abordagens: anarco-sindicalismo, insurgentes, plataformistas e anarquistas sem adjetivos. Não há “black bloc” como observado em outras regiões, ou talvez haja, mas apenas muito pequeno. Tampouco existem “grandes organizações” – admitamos isso como uma forma de autocrítica – mas há indivíduos que resistem nas diversas províncias do Peru.

A repressão em Lima que o açougueiro Manuel Merino supervisionou em 2020, que representou para muitos jovens anarquistas seu primeiro encontro com a verdadeira face do estado assassino, destacou a urgência de

autocuidado e autodefesa agudos, bem como um retorno à realidade (o resultado da situação foi um governo de transição, o enfraquecimento dos protestos e injustiça permanente para os caídos).

Atualmente, com um levante em curso, os anarquistas que não vivem na capital (especialmente no sul do Peru) experimentaram suas consideráveis limitações para enfrentar as forças repressivas e as armas letais da ditadura cívico-militar de Dina Boluarte.

Apesar disso, não desanimamos. A tarefa dos anarquistas hoje, desde nossa humilde posição, é acompanhar os camponeses em todas as ações diretas. Como nossas famílias camponesas, vamos junto com elas em qualquer posição possível, seja resistindo na linha de frente, desativando gás lacrimogêneo, dando assistência médica, coletando doações para nossas irmãs, divulgando medidas de autocuidado, debatendo todas as questões políticas e sociais de nossa região e, finalmente, conhecer sua experiência de resistência. Sem intermediários, políticos de esquerda e influenciadores legalistas, marchamos juntos para a destruição da ditadura cívico-militar e não descansaremos enquanto não virmos a justiça que nos foi roubada séculos atrás.

"O governo quer roubar anos de nossas vidas":

as lutas contra a reforma da previdência na França



Diante da intensificação da mobilização popular, o Estado francês assume a repressão como única resposta. Após um pequeno texto de contextualização, que resume a situação atual, reproduzimos abaixo alguns depoimentos de grevistas de diferentes setores, na ocasião de uma ação conjunta contra as “requisições” de trabalhadores, na central de incineração de lixo TIRU Ivry.

A mobilização popular na França contra a reforma da aposentadoria, que começou no último mês de janeiro, se intensificou fortemente nas duas últimas semanas, desde que o governo fez uso de um artigo controverso da constituição (o chamado “artigo 49.3”) para aprovar a lei sem passar pelo voto do Congresso. O uso deste artigo pelo Macron pela décima segunda vez desde que ele foi reeleito ano passado, no dia 16 de março, pode ser visto como mais uma medida autoritária de um governo enfraquecido. Um governo e um presidente que, desde o movimento das/dos coletes amarelos, atraiu uma ira popular ao assumir cinicamente o apelido de “presidente dos ricos” que a rua lhe atribuiu desde 2018.

As desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres na sociedade francesa se aprofundaram drasticamente nos últimos anos. A taxa de precariedade do trabalho e de pobreza aumentou constantemente nas últimas décadas. Segundo estudos recentes, enquanto o número de bilionários triplicou desde 2010, milhares de franceses possuem menos de 5 euros por dia para viver. Por outro lado, o aumento do custo de vida atinge atualmente recordes. Enquanto isso, o “presidente dos ricos” suprimiu em 2018 o imposto de taxação das grandes fortunas, que existia desde os anos 1980.

A atual reforma da previdência representa mais um passo rumo ao modelo social ultra-competitivo neoliberal defendido pelos macronistas. Uma reforma que exige do conjunto da população que ela trabalhe por mais dois anos de suas vidas (mudando a idade da aposentadoria de 62 para 64 anos), supostamente para compensar o déficit dos cofres públicos, sem considerar as desigualdades de condições entre as diferentes profissões e as desigualdades de gênero perante o trabalho (a aposentadoria feminina é historicamente inferior). Sem exigir uma contribuição maior dos mais ricos ou das grandes empresas. Sem considerar que pobres e ricos não são iguais perante a aposentadoria, enquanto os primeiros dependem absolutamente da previdência pública, os segundos possuem poupança, investem em patrimônio imobiliário ou fundos de pensão privados.

Segundo declarações do sindicato francês CGT, baseadas no instituto público de estatística INSEE, 25% dos trabalhadores mais pobres na França morrem antes de atingir a idade atual da aposentadoria (62 anos), contra apenas 6% dos mais ricos. Como dizem os manifestantes: “são anos das nossas vidas que o governo quer nos roubar”, enquanto uma ampla maioria da população continua se declarando a favor da mobilização e de sua intensificação.

Na sequência do “49.3”, dia 16 de março, as ruas do país inteiro foram tomadas por multidões, com manifestações e revoltas populares quase que diariamente desde então.

A dinâmica de greve também se intensificou, especialmente em alguns setores estratégicos, entre os quais os setores de produção de energia (refinarias de petróleo e centrais nucleares), a coleta de lixo ou ainda os principais portos do país. A força das greves também se explica por uma união pouco comum entre os diferentes sindicatos: a CGT, sendo o sindicato majoritário (com bases dispostas a travar o conflito social, apesar de líderes reformistas), os independentes (tais como o Sud-Solidaires) e os mais reformistas (CFDT, CFT, dentre outros que raramente se engajam por tanto tempo em greves reconduzíveis).

Esta aliança e determinação dos sindicatos se explica pela postura do governo desde o início do movimento, que se recusou drasticamente a abrir uma mesa de negociação. Nos piquetes de greves, manifestações e ações, esses diferentes sindicatos têm se juntado a outros grupos: trabalhadores e trabalhadoras precarizadas, desempregados e desempregadas, estudantes, coletes amarelos, grupos anarquistas, feministas e autônomos. Essa diversidade de protagonistas implica uma diversidade de modalidades de ações. Em parale-

lo das greves, também houve em todo o país ações de bloqueio de rodovias, abertura de pedágios, ações de sabotagem etc.

Com a greve nas refinarias, postos de gasolina em todas as regiões já tiveram que fechar por falta de estoque, enquanto a produção nacional de energia baixou fortemente. Em 17 de março, o sindicato CGT Energie afirmava ter atingido um recorde na baixa de produção (17.000 a 20.000 MW a menos para todo o país). No mesmo setor da energia, os grevistas também aplicam suas próprias modalidades de ação desde o início do movimento: cortes de energia seletivos (visando casas de parlamentares aliados ao governo), redução das faturas para as padarias e pequenos comércios, ou ainda o restabelecimento gratuito da energia às famílias que não conseguem pagar as contas.

As greves no setor da coleta de lixo e limpeza urbana também surtiram efeitos fortes. Em algumas cidades, como em Paris, o acúmulo de lixos nas ruas chegou a atingir um ponto crítico (com cerca de 10.000 toneladas acumuladas apenas nas ruas da capital). Nessa cidade, a mobilização histórica dos garis e dos trabalhadores dos centros de tratamento e incineração de lixo serviu como ponta de lança para a radicalização da greve, desde o início de março.

A mobilização de estudantes e secundaristas também se intensificou, com bloqueios e ocupações das principais universidades do país e de centenas de colégios (especialmente nos dias de manifestação nacional). Em algumas universidades, estudantes entraram em confronto com grupos de extrema direita que intervieram para furar os bloqueios e atacar os grevistas.

A greve teve também forte adesão no setor do transporte (trem, transporte urbano e setor aéreo). Nos últimos dias, a companhia aérea low-cost RyanAir se revoltou de ter sido obrigada a cancelar 240 voos por causa da greve dos controladores aéreos franceses, e das perdas financeiras correspondentes.

Perante a intensificação das greves e as consequências para a economia, o Estado intensificou a sua resposta repressiva: através da repressão policial, visando de modo indiscriminado todas e todos os manifestantes e grevistas, e através das chamadas “requisições”.

Em termos de repressão, a violência policial se intensificou drasticamente, acompanhado com o uso de decretos e medidas de exceção. Para impedir os chamados “protestos selvagens” e noturnos que aconteceram diariamente em muitas cidades (espalhando barricadas, fogos e visando símbolos do poder), o governo decretou a proibição de agrupamentos em determinados locais da cidade, adotando a estratégia de cerco e prisões em massas e

arbitrárias de manifestantes (apenas em 5 dias em Paris, entre os dias 16 e 20 de março, cerca de 800 pessoas foram presas). O número de manifestantes feridos dificilmente pode ser calculado. Os bombeiros de Paris disseram ter intervindo em 59 casos de emergência para socorrer civis em protestos, número inferior à realidade, se considerarmos a quantidade de feridos atendidos pelas equipes de pronto socorro auto-organizadas pelos manifestantes, as chamadas “street medic”.

Apenas na manifestação nacional do dia 23 de março, dois manifestantes foram mutilados por armas da polícia: um sindicalista do transporte, em Paris, perdeu o seu olho devido a um tiro de bala de borracha. Em Rouen, uma professora perdeu o polegar em razão da explosão de uma granada “não letal” atirada pela polícia. Cabe aqui lembrar que, desde os protestos contra a reforma trabalhista de 2016, e sobretudo a partir do movimento Coletes Amarelos, os casos de mutilações por conta da repressão policial em manifestações têm sido cada vez mais comuns. De certo modo, o Estado francês optou por enviar um recado claro às ruas, perante a intensificação das insurgências populares: na atual República francesa, manifestar e/ou resistir à ação policial significa doravante correr o risco de perder um olho, uma mão ou um nariz.

A escalada impressionante na intensidade da repressão policial se manifestou nos últimos dias não apenas nas ruas, mas também no campo, como vimos com os acontecimentos de Sainte-Soline. Em paralelo do movimento contra a reforma da aposentadoria, uma mobilização ocorreu no dia 25 de março perto dessa pequena cidade da região Poitou-Charentes, contra um projeto de mega-bacias de retenção de água

DRAKTÄNDER BARRICADE «DENTS DE DRAGON»



**NOTICE
DE MONTAGE**

***Tutorial de Barricada
para bloqueios
resistentes***

doce, que beneficia o agronegócio em detrimento dos pequenos agricultores e da biodiversidade da região. Marcada já há alguns meses, a mobilização – que tinha sido proibida pela polícia – beneficiou do fervor social atual e reuniu cerca de 30.000 manifestantes que tentaram chegar até o canteiro de obras das mega-bacias. Membros do movimento camponês, ativistas e zadistas de todo o país se reuniram em Sainte-Soline. Mais de 3.000 policiais os receberam no local, usando de armamento de guerra para impedir a manifestação. Mais de 5.000 granadas “de efeito moral” foram atiradas. Os manifestantes resistiram durante horas, conseguiram furar o cerco policial e por pouco quase atingiram o canteiro de obra. Veículos policiais foram incendiados. Cerca de 200 manifestantes foram então fortemente feridos, incluindo dois que estão em coma, entre a vida e a morte, até os dias de hoje.

Enquanto o aparato de guerra “não letal” está sendo usado para reprimir as manifestações, a principal resposta dada para o Estado para conter as greves foram as chamadas “requisições” (medidas judiciais que obrigam trabalhadores a interromper a greve para retomar a produção supostamente por razão de emergência). As “requisições” serviram nos últimos dias para reprimir as greves e bloqueios de produção, obrigando pela força os trabalhadores a retomar a produção. Na maioria dos casos, o governo assina um decreto estipulando o caráter de emergência da requisição, envia a força policial para desfazer os piquetes de greve e coloca se necessário trabalhadores não grevistas (por vezes convocados de outras regiões) para fazer o trabalho. Em resposta às requisições, uma grande quantidade de grevistas de outros setores, estudantes e grupos autônomos têm se organizado diariamente para reforçar os piquetes desde cedo, pela manhã. Essa coordenação tem sido facilitada pela “Rede Pela Greve Geral”, rede inter-profissional e independente de organização mútua que se formou durante o movimento. Nos piquetes, o que se discute, é que tudo isso já não é mais apenas sobre essa reforma da aposentadoria, mas sobre as nossas possibilidades de organização, solidariedade e enfrentamento perante o mundo que essa reforma e esse governo representa.

Diariamente, grupos se espalham nos quatro cantos de suas cidades para apoiar os bloqueios. Nas refinarias do Havre (Normandie) e de Fos-Sur-Mer (perto de Marseille), e em muitos outros locais, enquanto um importante aparato policial cercavam os grevistas, centenas de apoiadores se juntaram aos piquetes, resistindo à ofensiva policial para impedir as requisições. Se a refinaria do Havre conseguiu manter e reconduzir a greve, a produção em Fos-Sur-Mer foi retomada após um longo confronto.

Chegamos ao ponto em que a economia do país ainda está girando pela única força dos cassetes e das bombas de efeito moral. Sem o empenho da polícia e do exército, em todo o país, para tentar quebrar as greves, para forçar minimamente a produtividade a continuar, para manter uma certa dose de petróleo a correr nos oleodutos, tudo já entraria em colapso. Uma guerra está em curso para manter, a qualquer custo, a economia de pé.

Na Central de Incineração de triagem de lixo TIRU Ivry (perto de Paris), a requisição também foi decretada. Perante a quantidade e a determinação das manifestantes que se juntaram ao piquete, a polícia foi obrigada a desistir de intervir, o que permitiu a recondução do bloqueio e da greve, até os dias de hoje. Desde o início de março, as gigantescas chaminés do TIRU pararam de soltar as colunas de fumaça que integram habitualmente a paisagem nessa parte da cidade colada ao anel periférico, ao leste de Paris.

No dia em que a requisição foi impedida, no contexto acalorado que segue a intensa repressão em Sainte-Soline, grevistas de diversos setores vieram declarar a sua determinação a continuar a luta, e compartilhar as suas perspectivas sobre os próximos passos da mobilização.

Foi uma ótima oportunidade para coletar algumas palavras e perspectivas sobre os próximos passos da luta com grevistas de diferentes setores, que reproduzimos a seguir :

M., trabalhador da coleta de lixo

Temos cada vez mais companheiros, no setor da coleta de lixo, que se juntam à greve seguindo a mesma estratégia que estabelecemos aqui: entrar juntos em greve, garis com trabalhadores dos centros de triagem e incineração. Pois um setor não pode funcionar sem o outro. Agora é isto que estamos vendo em muitas cidades, além de Paris: em Fos-Sur-Mer, Marseille, Perpignan, Montpellier...

Começamos a greve aqui no início de março, inicialmente os piquetes estavam tranquilos pois a prefeitura de Paris não exigiu requisição nem mandou polícia. Mas quando os lixos começaram a se amontoar nas ruas, o Estado ficou desesperado e começou a tentar de tudo para quebrar a greve : enviar empresas de coleta privadas para catar o lixo, requisições, polícias e repressão nos piquetes...

A questão do privado é complicada, porque hoje já temos quase metade dos distritos de Paris onde a coleta de lixo é privatizada. Foi uma medida ini-

ciada pelo Chirac (antigo prefeito de Paris e antigo presidente da França), nos anos 1990, justamente para evitar as greves. Em resposta, a Rede Pela Greve Geral se mobilizou para bloquear também garagens de empresas privadas. De todo jeito, com os Centros de Incineração bloqueados, eles não têm onde enfiar o lixo. Dizem que eles estão colocando o que conseguem catar em aterros, por aí na periferia, ou em outros Centros de triagem muito longe daqui.

Com a pressão no setor privado, algumas dessas empresas começaram a ter greves também. Em algumas empresas, como na Pizzorno, a direção logo ofereceu aumento aos trabalhadores para a greve não se alastrar. Acabamos de ter a confirmação inclusive que cinco centros privados de depósito de lixo se juntaram à greve hoje. Então vemos que essa questão do lixo só cresce.

Mas a questão da requisição é outro problema. Por isso é muito importante termos muita gente aqui todos os dias para impedir que ela aconteça. Mas ela nem sempre surte efeito. Aqui perto, em uma garagem onde houve requisição, os colegas estão saindo com os caminhões mas estão catando o mínimo. Ninguém pode obrigar eles a encher o caminhão. Assim a greve continua tendo impacto.

Precisamos agora colocar mais e mais pessoas nas ruas. Continuar a se organizar, a Rede Pela Greve Geral tem feito esse papel. Mas temos que multiplicar as trocas entre nós, conversar e se coordenar para fazer cair o governo.

O., trabalhador do centro de Incineração do TIRU Ivry em greve.

Aqui é o TIRU, a usina de incineração de Ivry. Existe aqui na região de Paris três principais locais onde o conjunto do lixo da capital é incinerado : a usina de Ivry, a de Issy-Les-Moulineaux, e a de Saint-Ouen. É aqui que todos os caminhões de lixo vem depositar as suas cargas diariamente, para elas serem queimadas. Os três incineradores entraram em greve esse mês contra a reforma da aposentadoria, a começar aqui pelo nosso, em Ivry. Estamos em greve aqui desde o dia 6 de março, exatamente. O que aconteceu é que o governo decretou requisição de funcionários para quebrar a nossa greve. Acontece dessa forma: um oficial de polícia vem no local, ele apresenta ao trabalhador uma ordem de requisição. O trabalhador em tese é obrigado a assinar e voltar ao trabalho, senão ele sofrerá processo na justiça em seguida. Enquanto isso, a polícia vem e desmonta o piquete de greve à força.

Por isso organizamos hoje um ato aqui, recebendo apoio de companheiras e companheiros de vários setores, para resistir perante a tentativa de requisição, e para defender nosso direito à greve. Estamos prontos para ir até o fim para combater essa reforma. Pelo menos até a reforma cair.

Essa reforma pra mim é o seguinte: eles querem aumentar as contribuições dos trabalhadores para a previdência, e com isso querem que os trabalhadores trabalhem mais tempo, para se aposentar somente com 64 anos. Acontece que isso não toma em conta a dureza dos trabalhos manuais mais pesados. Trabalhar em uma usina de incineração, como aqui, é muito sofrido. As condições físicas são muito duras. Por isso temos um estatuto especial que nos permite nos aposentar antes. Agora eles querem nos roubar anos de aposentadoria, destruindo os estatutos especiais que existem para determinadas profissões.

Os garis começaram a greve quase que junto conosco. Então nós seguimos o movimento dos garis para termos mais força juntos, e tentar criar uma sinergia das lutas. Nossos amigos garis também fazem um trabalho muito pesado e desvalorizado. Esses trabalhos se parecem afinal. Depois de um certo tempo de trabalho, suas costas são totalmente destruídas. Trabalhar até 64 anos nessas profissões é fisicamente impossível. Essa reforma então toca em cheio todas as profissões mais duras, mas de modo geral ela está atingindo o conjunto da população. Nosso objetivo é federar essa massa de trabalhadores, criar essa coesão para fazer a reforma cair.

Temos que entender que a mobilização não se fará apenas pelos sindicatos. É preciso que todo mundo seja consciente da injustiça dessa reforma e se junte. Eu penso que hoje, todo mundo está afetado, seja os garis, os trabalhadores da saúde, da educação. Vemos que o governo está aos poucos destruindo o serviço público, é um projeto de privatização de todas as atividades da sociedade. Se amanhã esse serviço público desaparecer. Amanhã, alguns terão as condições financeiras para acessar a saúde e educação. E os outros estarão diante da catástrofe social.

É por isto que reconduziremos essa greve ao máximo. E é por causa dessa nossa determinação que eles fazem de tudo para quebrar a nossa greve. Pela requisição, mas também pela violência policial, intimidando e agredindo os manifestantes durante os atos. Podemos ver nos últimos dias que o governo assume uma resposta unicamente repressiva.

Mas hoje estamos unidos e numerosos aqui para continuar e para defender a nossa greve. E vai continuar.

S., trabalhadora da empresa de transportes urbanos, RATP

Sou trabalhadora logística no metrô. E estou em greve. No nosso setor, a greve é massiva nos dias de mobilizações nacionais (uma dia por semana), mas temos pouco adesão à greve reconduzível (greve clássica, reconduzida à cada assembleia do movimento). Por isso, estou indo todos os dias de manhã apoiar as companheiras e companheiros nos piquetes e bloqueios mais estratégicos. Aqui no TIRU, mas também em muitos outros locais : tem garagens de caminhões de coleta de lixo, em Romainville, Aubervilliers, e outros, onde todo dia de manhã tem gente se juntando para apoiar o bloqueio. A luta é assim, uma vez que você coloca um pé dentro, você não consegue ir mais para trás. Ainda mais quando você vê a violência do governo e da polícia contra quem está mobilizado. Esses dias um companheiro nosso, da RATP, recebeu golpes de cacetete na cabeça no piquete, teve de ir ao hospital, recebeu 30 pontos. É por ele e para todas e todos que vamos continuar. Não desistiremos.

B., professor de colégio em greve

Sou professor do colégio vizinho. Lá somos uma maioria de grevistas. Como quase todos os dias, venho aqui prestar apoio aos grevistas do TIRU. E devo dizer que hoje estou muito emocionado de estar aqui, e ver tanta gente contra a requisição de trabalhadores. Tem 12 anos que estou engajado no sindicato, o primeiro piquete de greve em que participei foi aqui no TIRU Ivry em 2011, contra a reforma anterior (nota: em 2010-2011 houve um ciclo de greves e protestos contra a reforma da previdência do governo Sarkozy, que aumentou a idade legal de aposentadoria de 60 para 62 anos). Tinha muito menos gente, mas já eram as e os trabalhadores do TIRU que estavam na primeira linha da greve.

E hoje vemos muita gente aqui. Constatamos uma conjuntura peculiar: uma mobilização muito forte com uma convergência de todos os sindicatos CGT, Sud, FSU, FO... Deixamos as nossas brigas de lado para lutar juntos. E isso é muito bonito, temos uma verdadeira dinâmica.

A greve reconduzível, no setor da educação, devo dizer que ela não é maioritária. Mas ela está ganhando força. A nossa determinação cresce. Meu sentimento é que do lado do governo, sentimos que eles estão balançando.

Eles estão a dois dedos de ceder. E vamos ganhar porque estamos certos. É a história do povo. A história dos 90% que não querem essa reforma. Eles pisam em cima do povo, em cima dos parlamentares, isso aí acabou. Amanhã teremos uma mobilização nacional, e depois de amanhã vamos reconduzir a greve, até a queda da reforma, e além disso. Porque não estamos aqui mais somente contra a reforma, estamos lutando para uma outra sociedade.

I., estudante, membra do coletivo Poing Levé

Eu me chamo I., sou do coletivo estudantil marxista revolucionário Poing levé (Punho erguido) Devo dizer que se a juventude entrou massivamente no movimento, foi graças ao estopim das greves iniciada pelos trabalhadores. Para nós, jovens, o “49.3” foi a gota d’água, um sinal de desprezo a mais deste governo que nos desrespeita há anos, depois de anos de pandemia, anos de precaridade, nas universidades, nos colégios. Anos de repressão também, depois de tantas manifestações e mobilizações nas quais nossos companheiros e companheiras são presas, espancados, mutiladas. Esses dias, o nosso camarada Léo foi preso, ficou na delegacia por mais de 55 horas, justamente porque participava de uma manifestação que acabaria aqui para vir apoiar os grevistas no TIRU Ivry. E, claro, o sinal de repressão mais grave que vimos nos últimos dias foi o massacre de Sainte-Soline, onde houve mais de 200 feridos. Temos um companheiro entre a vida e a morte. Há feridos grave, uma pessoa que perdeu o olho. E claro que é uma repressão que mostra o quanto o governo tem medo da juventude, o quanto ele tem medo da gente entrar de fato na batalha atual, ao lado dos trabalhadores. Acho que hoje foi um grande sinal de solidariedade, como outro dia, na refinaria da Normandie, onde mais de 150 jovens, trabalhadores, artistas, foram apoiar as os grevistas contra a requisição. E é tipicamente este tipo de solidariedade que queremos mostrar reforçar com o Poing Levé, mas também com a Rede Pela Greve Geral. Porque eles têm medo da gente se organizar, e é isso que estamos fazendo. E já não é mais apenas contra essa reforma, e para repensarmos as nossas condições de trabalho e de vida como um todo nessa sociedade.

Os estudantes agora estão entrando com força no movimento. Tivemos mais de 1000 estudantes em assembleia geral esses dias em Paris, Montpellier, Toulouse. A juventude está se auto-organizando.

Todo mundo tem que apoiar os piquetes, e apoiar as caixas de doação para a greve. Estaremos aqui juntos até o fim.

“A nossa determinação cresce. Meu sentimento é que do lado do governo, sentimos que eles estão balançando. Eles estão a dois dedos de ceder. E vamos ganhar porque estamos certos. É a história do povo. A história dos 90% que não querem essa reforma. Eles pisam em cima do povo, em cima dos parlamentares, isso aí acabou. Amanhã teremos uma mobilização nacional, e depois de amanhã vamos reconduzir a greve, até a queda da reforma, e além disso. Porque não estamos aqui mais somente contra a reforma, estamos lutando para uma outra sociedade.”

F., motorista de trem suburbano (RER) em greve

Sou motorista do RER A (linha de trem suburbano). Vim aqui para prestar todo o meu apoio aos trabalhadores do TIRU e aos garis, e a todos que colocaram uma zona nessa gigante nessa cidade repleta de lixos. Toda essa mobilização nos deu força para lutar. Graças a isso, fomos na frente da sede de Renaissance (partido do Macron) e despejamos montanhas de lixos na frente.

Na RATP (empresa pública de transporte urbano), estamos em greve reconduzível. Mas não são a maioria dos trabalhadores, muitos só entram em greve pontualmente. É importante lembrar que em 2019, estávamos na primeira linha da greve contra a reforma anterior do Macron. Ele tentou fazer passar um projeto de aposentadoria por pontos. Ele tentou nos vender como um avanço social uma reforma que era pior ainda que a atual : uma reforma por pontos com regime de capitalização, nas quais iríamos entregar o dinheiro da nossa aposentadoria para fundos de pensão privados tipo BlackRock, Natixis etc (nota: esse tipo de aposentadoria foi experimentado inicialmente pelo Pinochet, no Chile, atualmente em vigor nos Estados Unidos, e adotado pelo governo Bolsonaro em 2019 no Brasil). Isso é o que eles queriam, era o projeto deles, e fizemos cair esse projeto em 2019, graças a força do movimento grevista. E agora ele volta com uma outra reforma.

Esse governo que está aí, que está sempre comentando o que acontece no Irã, no Egito, na Tunísia, dando lição sobre a democracia, e o que eles fazem? Eles desviam a democracia, eles usam manobras para não seguir a voz do povo. E eles nos chamam de que? De milícia? De multidão? A multidão não está nem aí e ela vai esfregar esse projeto de reforma na cara deles.

Hoje, é preciso que toda essa mobilização, toda essa bagunça se generalize e se amplifica. E para isso, a Intersindical deve endurecer a sua linha. Os grandes sindicatos estão sendo muito tímidos, eu não consigo entender. Não é normal, que depois de um “49.3” eles não chamaram claramente todo mundo à tomar a praça da Concorde. Nessa noite, tinha muita gente na Praça, mas podíamos ser muito mais. E a polícia não teria nos tirado. O que é que as direções sindicais querem? A vitória ou a derrota? Tenho impressão que alguns estão hesitando, com medo, mas é o governo que deve estar com medo. Sim, a unidade sindical é bonita. Temos muitos logos aí nas faixas. Mas não são logos que vão nos fazer ganhar. Todos os sindicatos têm que assumir as suas responsabilidades para endurecer a luta.

Estamos perto da vitória, com determinação. Mas precisamos de um plano estratégico e uma vontade em comum de ganhar. Todos os governos que foram derrotados, foram quando a juventude e os trabalhadores estavam juntos nas ruas. Precisamos também da juventude. Uma vez que estamos juntos, o governo não terá mais saída. Força para nós, força para os trabalhadores, e que a greve se generalize e se amplifique.



GEZI PARK

10 anos dos levantes de junho na Turquia

Quando as revoltas contra aumento das tarifas do transporte pelo Brasil tomaram escala nacional em junho de 2013, em Istambul, um levante balançaria toda a Turquia, numa região ainda abalada pelos levantes da Primavera Árabe. As duas revoltas contra o custo e qualidade de vida em economias emergentes demonstravam solidariedade mútua: bandeiras e faixas em São Paulo em apoio ao levante turco, mensagens em Istambul solidarizavam com a revolta popular brasileira.

Uma década depois, Recep Tayyip Erdogan ainda está no poder na Turquia e acaba de vencer mais uma eleição cheia de polêmicas e suspeitas de fraude. Seu projeto de poder busca restaurar uma soberania turca na região, passando por cima da natureza, dos povos, especialmente os curdos. E para isso, se apoia em movimentos nacionalistas de bases fascistas e financia de forma oculta os jihadistas do Estado Islâmico, dispostos a eliminar o povo e a cultura curda e ameaçar a revolução social em Rojava.

No Brasil, o ciclo da década se fecha com o retorno do PT ao poder com a eleição de Lula em 2022, como única aposta eleitoral para barrar uma reeleição da extrema direita com Jair Bolsonaro.

No mês em que muito se fala e analisa sobre os levantes de junho de 2013 pelo Brasil, retomamos também esse movimento rebelde que tomou a Turquia na esteira de levantes internacionais como a Primavera Árabe e o Movimento Occupy.



Como vimos em 2020 e 2021 durante a pandemia da Covid-19, torcidas organizadas brasileiras romperam com o discurso pacificado do “fique em casa” adotado pela maior parte da esquerda enquanto a extrema-direita fazia carreatas e atos públicos para divulgar suas políticas de ódio e morte. Novamente, as torcidas conquistaram atenção ao enfrentar nas estradas os bloqueios de bolsonaristas insatisfeitos com a derrota nas urnas. O potencial de mobilização e combatividade das torcidas organizadas de futebol é visível em muitos momentos de agitação social como nos últimos anos no Brasil, mas também no Chile em 2019 durante o “Estallido Social” contra preço das passagens e custo de vida. Nas revoltas da praça Taksin e Gezi Parque na Turquia de 2013 também temos exemplos emblemáticos dessa convergência.

Para lembrar essas lutas e nos inspirar para as próximas, revisitamos esse artigo lançado em 2014 na publicação Balaklava¹ que analisa o levante turco e seus paralelos com a revolta no Brasil de 2013.

“Por aqui para chegar à Comuna de Taksim”

Ao fim de maio de 2013, uma semana antes das Jornadas de Junho no Brasil, iniciou-se uma série de conflitos na Turquia que resultaram no maior levante popular da história do país. Só a época e a relevância histórica e política já são suficientes para induzir alguns paralelos entre os dois episódios, mesmo com tantas diferenças de contexto e proporções. Os confrontos na Turquia foram muito mais radicais e marcados por uma violência ainda maior em números. A população se ergueu contra um projeto de renovação urbana que contava com a demolição de um parque no centro de Istambul e o movimento se transformou rapidamente num levante contrário ao autoritarismo do presidente Erdogan. Tudo começou no Parque Gezi, vizinho à Praça Taksim, e logo se espalhou pela cidade e por todo o país.

Diferentemente dos poderosos protestos que vimos recentemente na Grécia em 2008, Espanha em 2011 ou nos Estados Unidos em 2012, o levante turco não foi gerado por uma crise de austeridade, com cortes de recursos sociais para salvar bancos e corporações como medida para estabilizar uma economia em constante crise. O levante turco foi, assim como no Brasil, um levante resultante do desenvolvimento e do crescimento econômico de um país emergente, porém muito particular. O primeiro-ministro Erdogan é co-

1 Disponível em <https://faccaoficticia.noblogs.org/publicacoes/nossas/>

nhecido por convergir um islamismo reacionário com um neoliberalismo desenvolvimentista bastante agressivo. Ao mesmo tempo que resgata tradições conservadoras, impõe um desenvolvimentismo econômico e infraestrutural. Privatizando e vendendo o que resta de recursos públicos enquanto o desemprego continua em alta, se empenhando em grandes empreendimentos, como uma ponte ligando dois continentes, a demolição e o replanejamento de várias partes das cidades para empreiteiras lucrarem com a construção civil e para que novos negócios se estabeleçam no local. Na capital Istambul um audacioso projeto de renovação e gentrificação previa desmatar parte do Parque Gezi e remodelar a Praça Taksim para abrigar shopping centers e ser uma “zona de pedestres”, dentre outros projetos para os ricos. No entanto, Erdogan parecia ignorar a relevância histórica e política do local para a população.

A Praça Taksim é um tradicional ponto de encontro de mobilizações sociais, protestos de Primeiro de Maio, e carrega um peso histórico de ter sido palco de diversas lutas sociais e massacres. Lá estudantes foram enforcados em 1977 como inimigos do Estado durante o regime militar por protestarem em um Primeiro de Maio. Em outras manifestações ao longo do mesmo ano, 34 pessoas foram baleadas e mortas por paramilitares. Exatos 30 anos depois, em 2007, a esquerda organizou um grande protesto em memória dos mortos de 1977, mas o governo tentou impedir o protesto e radicais resistiram com pedras e molotovs. Nos dois anos seguintes, mais protestos, confrontos e resistência do povo contra a polícia marcaram os dias dos trabalhadores e trabalhadoras.

Então, no dia 28 de maio de 2013, ativistas já se amarravam em árvores para impedir que fossem derrubadas e no dia 31 o levante explodiu, ecoando por todo o planeta. A primeira coisa a chamar atenção da imprensa por aqui foi que a polícia turca utilizava bombas e munições fabricadas no Brasil para reprimir a população numa série de operações que, ao fim do levante, resultaram em pelo menos 6 mil pessoas feridas – sendo 10 cegas – e mais de 10 mortes. Mesmo assim, muito foi noticiado sobre as experiências de vida comunal, resistência e autogestão que tomaram lugar na ocupação dessa área central de Istambul por 10 dias de intensa resistência.

Entre o primeiro e o dia 10 de junho, todas as ruas e avenidas que levavam à Praça Taksim foram tomadas por barricadas para se defender da polícia. Em grandes avenidas era possível ver até 12 barricadas, muitas com mais de três metros de altura, usando materiais de construção, lixo, ônibus e

veículos da mídia corporativa. Como em muitas outros levantes populares, as barricadas baniram a presença do Estado da área e abriram espaço para que novas e inimagináveis relações sociais pudessem surgir e tomar forma. Placas no caminho indicavam “Por aqui para chegar à Comuna de Taksim”.

A região era tradicionalmente muito frequentada por pessoas de todas as idades, mas conhecida por ser uma zona boêmia. Chamou atenção o fato da violência urbana ter caído significativamente com a tomada da praça pelas pessoas e a expulsão da polícia de toda a região. Sem o Estado, a população experimentava a solidariedade, cooperação e luta contra a repressão, deixando relações nocivas e competitivas de lado. Mulheres, que compunham ao menos metade (se não a maioria) das pessoas presentes, ressaltaram a queda de violência sexista, abusos e assédios. Muito disso devido a sua participação, juntamente pessoas LGBTQIA+ e tantas outras, inclusive intervindo sobre gritos de guerra e pichações sexistas e homofóbicas.

Um curioso caso envolveu as torcidas organizadas de futebol, grupos feministas e o movimento LGBTQIA+, que se destacaram pela presença política e combatividade nas ruas. As torcidas dos maiores times de Istambul, historicamente arqui rivais, se uniram na luta pela resistência pela Praça Taksim, sendo responsáveis por muito da energia nos confrontos contra a polícia. No entanto, foram também responsáveis por muitos gritos e grafites com mensagens sexistas e homofóbicas que conhecemos bem no Brasil. Feministas e queers combateram isso de uma forma transformadora para as pessoas ali, gritando de volta respostas antipatriarcais e pichando sobre os grafites com xingamentos machistas.

Como resultado das intervenções e debates antissexistas, algumas torcidas marcharam até a frente de um escritório de uma das maiores organizações LGBTQIA+ que, assim como muitos movimentos e organizações de esquerda, ficava em um prédio próximo ao Parque Gezi. Ao chegarem, disseram que reavaliaram suas posturas e as mensagens sexistas e homofóbicas que vinham passando, tendo absorvido isso da sociedade e reproduzindo-as sem questionar seu conteúdo. Disseram que iriam tomar posturas diferentes contra isso e, para selar seu pedido de desculpas, deram de presente à organização um escudo da tropa de choque da polícia.

Esse episódio resume muito bem o contexto de convergência entre tantas pessoas, grupos, organizações e comunidades de diferentes trajetórias que nunca se imaginaram lado a lado numa barricada e que se uniam ali, fazendo

de suas causas uma luta comum. Para defender esse espaço, era preciso estarem em contato e em constante questionamento e revisão de suas próprias atitudes. Até mesmo conflitos étnicos foram deixados de lado quando as pessoas se uniram contra o partido e Erdogan e sua polícia. Nos prédios ao redor da praça tomada era possível ver bandeiras da Turquia juntas de bandeiras do PKK, o Partido dos Trabalhadores Curdos, envolvida na luta revolucionária em Rojava, fronteira entre a Síria e Turquia. Alguns disseram ser esse o verdadeiro processo de paz entre povos turcos e o povo Curdo, que por século resiste ao racismo, à xenofobia e têm sua cultura criminalizada e perseguida em todos os países da região.

O clima marcante dentro da comuna de Taksim era o bom humor, o otimismo e a positividade. Até mesmo as barricadas eram pichadas com frases engraçadas e piadas com figuras políticas ou até teóricos anarquistas. Manifestantes estavam sempre criando sátiras e memes a serem compartilhados na internet. O bom humor ajudava a manter a união e aliviar a tensão e afastar o medo da violência policial.

O espírito anticapitalista e antiautoritário era visível na cooperação envolvida em cada construção. Materiais corriam de mão em mão, por jovens, mulheres, homens, idosos. Muitas barricadas foram construídas assim. Ao seu lado, havia sempre uma tenda com água, pedras e até abrigo para vigilantes descansarem.

Cooperações inusitadas apareciam, unindo pessoas de classes e papéis muito diferentes. Camelôs e ambulantes que trabalhavam na região passaram a adaptar seus negócios e muitos passaram a vender máscaras de gás. Em um momento, comerciantes e estabelecimentos não simpáticos à ocupação tinham de cooperar ou sofrer as consequências. O dono de uma loja de kebab, postou no Facebook sua indignação com os “cães que tomaram conta da região”. Minutos após seu post a loja foi reduzida a destroços. Até mesmo a Starbucks acabou dizendo à imprensa que apoiava a resistência e alegou que sempre iria dar suporte ao movimento. Logo depois foi atacada por não cumprir o que foi dito.

Curiosamente, muito apoio foi de fato dado por membros da burguesia, principalmente em infraestrutura. Empresários forneceram materiais para enfermarias improvisadas, uma empresa de telefonia levou veículos que funcionavam como antenas para receber e transmitir o sinal necessário para comunicação via e-mail, tweets e mensagens de celular. Em suas vans era

possível ver escrito “estamos aqui para contribuir para sua comunicação” – talvez uma forma de evitar que fossem incendiadas. O motivo por trás desse apoio, no entanto, é compreensível se considerarmos que muitos liberais e progressistas nas elites viam no tradicionalismo islâmico de Erdogan uma ameaça a suas liberdades modernas. E viram no levante de Gezi uma oportunidade. Esse fato revelou uma certa falha das mobilizações em Gezi quanto a firmar uma força anticapitalista, mesmo com muitos grupos anticapitalistas envolvidos.

Sem líderes

O movimento na Turquia também foi um movimento sem lideranças personalizadas, sem movimentos sociais e organizações partidárias tradicionais à frente. Os poderosos se viam frustrados em não conseguir encontrar líderes ou representantes com quem negociar e sabotar o movimento. Essa ausência de lideranças desenvolveu uma estrutura de decisão coletiva que foi talvez sua principal força. Os objetivos extrapolaram a preservação do parque e denunciaram uma crise de representação. A organização da comuna era totalmente autônoma. Pequenos grupos de afinidade armaram as primeiras tendas para se fixar e logo depois a região foi tomada por tendas e barracas de quase todos os grupos de esquerda, sociais e ativistas da cidade. Tudo funcionava com base no apoio mútuo e pessoas que nunca imaginaram um mundo sem polícia se surpreendiam com o clima harmonioso nesse território livre das garras do Estado. Assim como em muitos acampamentos do movimento Occupy, lojas grátis, bibliotecas, espaços para oficinas, enfermarias, várias cozinhas, espaços multimídia para produzir e transmitir conteúdo e muito eventos culturais preenchiam e enriqueciam o espaço.

As assembleias gerais eram descentralizadas e funcionavam como uma continuação das reuniões e demandas dos grupos de afinidades menores. No palco central havia um microfone aberto onde as pessoas podiam subir para falar do que quisessem. O caráter de ocupar uma parte da cidade e torná-la aberta a quem quer que seja para se juntar e construir em conjunto novas relações com as pessoas e o espaço foi fundamental para dissociar a ação política e o “protagonismo” de uma identidade engessada, como “trabalhadores” ou “estudantes” – categorias e identidades simplesmente inacessíveis para crescente parcela da população no capitalismo – e abrir espaço para ação e a livre associação rebelde independentes do seu papel na máquina.

Como sempre, o partido do governo tentava fragmentar a união da comuna espalhando mensagens distorcidas para criar uma divisão entre os chamados “provocadores” (isto é, aqueles que revidam quando a polícia ataca) ou os grupos “marginais” (esquerdistas e radicais). O já conhecido esforço para criar uma minoria deslegitimada a ser reprimida, para então, suprimir todo o movimento. No entanto foi difícil para Erdogan manter seu esforço de polarizar a sociedade e voltar a opinião pública contra a resistência do Parque Gezi. Toda vizinhança dos bairros centrais viam pessoalmente a truculenta e desproporcional ação da polícia ao mesmo tempo que a internet era inundada de imagens e relatos da repressão que manchava a imagem do governo de Erdogan.

A falta de aceitação do movimento em apontar representantes e porta-vozes para a armadilha disfarçada de negociação com o governo foi seguida por uma ofensiva ainda mais violenta do Estado para retomar o Parque. Depois de quase tomar a praça num violento ataque no dia 11 de junho, o Estado atacou a praça novamente quando ninguém esperava. Durante um festival que contava com a presença de muitas crianças e idosos a polícia entrou destruindo tudo e atacando a todos. A cidade explodiu em raiva mais uma vez, vizinhos se juntaram à resistência e abrigavam pessoas em suas casa, xingando os policias das janelas dos prédios.

Um movimento tão novo e com pouca experiência em atuação nas ruas, repleto de jovens que se mobilizavam pela primeira vez teve dificuldades de lidar com suas multidões sob os ataques da polícia. Cada noite era uma grande tensão, pessoas usavam capacetes, máscaras, e escreviam o tipo sanguíneo na roupa. Sua determinação era incrível. Mas o mais importante é que toda uma geração pode se encontrar e começar a sonhar juntas o que podem alcançar juntas.

Novas relações

Em cada horta ou tenda médica; cada debate sobre sexismo e homofobia; ou na construção de cada palco ou barricada as pessoas estavam vivendo relações totalmente diferente das do cotidiano comum em qualquer cidade moderna. E essas relações emergiam em cada ação como uma forma de resistência a um poder hegemônico econômico e político. Esse é o espírito fundamental da comuna como máquina de guerra. Fazer de cada gesto uma

forma de cuidar de si e das outras pessoas frente a um poder que tenta eliminar qualquer sombra de desobediência. Não buscar na estrutura uma forma de se incluir, mas sim uma forma de destruir toda a estrutura. Isso é uma batalha que tem como palco cada indivíduo e seus semelhantes. Escalando até o conflito político ou físico entre as comunas e os agentes do Império pelos territórios que queremos proteger.

Tão inesperado quanto, o levante no Brasil também foi marcado por violência policial e o uso indiscriminado dessas armas ditas “não-letais” que matam e mutilam. Demonstrações de solidariedade e apoio entre os povos de ambos os países circulavam pela internet. É difícil pontuar exatamente como e em que medida um levante influenciou o outro, mas podemos traçar alguns paralelos mais óbvios, inclusive com movimentos anteriores.

A resistência no Parque Gezi e na Praça Taksim empregaram amplamente formas de organização e estruturas semelhantes ao do movimento Occupy nos EUA e de ocupações de praças na Europa, ou Ocupa Sampa de 2012. As formas de divulgação e organização política são frequentemente comparadas às da primavera árabe de 2011. A inegável influência imediata do levante turco sobre as lutas de junho no Brasil foram visíveis tanto com manifestantes compartilhando maneiras de neutralizar bombas de gás made in Brazil quanto nas frases e gritos de guerra adaptados que lá diziam não se tratar de “apenas por algumas árvores” mas sim uma revolta contra um governo autoritário e o próprio sistema democrático, aqui transformado na balela do “não são só 20 centavos”. O problema está na forma como isso foi importado para o Brasil, atendendo à pautas direitistas e da embriagada classe média branca. Isso levou às mobilizações o risco de perder totalmente o foco da luta contra o aumento da passagem para pautas genéricas anticorrupção, contra o PT e outras tradicionais causas inofensivas e úteis para a elite.

Na Turquia a ampliação do discurso que motivava os confrontos ampliava a luta contra um governo autoritário, contra a democracia representativa, contra as forças policiais em si, contra o projeto urbanístico e juntava as pessoas para ações em favor de ocupar a cidade e torná-la um espaço gerido pelo e para o povo; enquanto isso, no Brasil, radicais, anarquistas e autonomistas não conseguiram ampliar a crítica ou difundir de forma mais ampla uma radicalidade além do discurso do “acesso à cidade” e correram o risco de ver a luta se tornar um caldeirão de causas inviáveis a curto prazo para a classe média brincar de ativismo no Instagram e a direita espreitasse o momento

para inserir suas pautas. A radicalidade ficou por conta da ação meio desorientada de Black Blocs, durante e depois de junho. Enquanto o MPL lutou para manter a pauta da luta contra o aumento diante das explosões de temas genéricos e sem avanços possíveis no curto prazo. O que estrategicamente foi interessante para barrar imediatamente o aumento, beneficiando os bolsos de todos nós e abrindo espaços para as multidões mostrarem que podem atingir seus objetivos se aceitarem assumir alguns riscos.

Da Turquia ao Brasil, da Grécia ao Chile, de Chiapas a Rojava, o trabalho, a moradia, o espetáculo e a miséria de nossas vidas serão as mesmas sob o Capitalismo. Cabe a todas as pessoas que querem organizar a revolta que destrua essa forma de vida intercambiar as lições de luta e os riscos que envolvem tomar as ruas quando novos atores chegam todos ao mesmo tempo disputando pautas e a dianteira dos chamados. Do contrário, correremos riscos semelhantes aos de camaradas anarquistas na Ucrânia que viram as ruas sendo tomadas por grupos conservadores e fascistas, enfrentando o Estado e seu aparato com as mesmas ferramentas que grupos libertários e radicais empregam em suas lutas, visando objetivos que desde o início já eram muito duvidosos. Ou, como vimos após os atos da extrema-direita de 2015 no Brasil, ferramentas desenvolvidas para lutas radicais podem facilmente ser apropriadas por reacionários.

Chamados serão feitos. Cabe principalmente a quem responder fazê-lo com o poder e as intenções necessárias para ampliar a revolta para caber nela tudo o que realmente importa.



Esse texto tenta dar um pequeno panorama ciente da sua parcialidade sobre o evento de Junho e seus desdobramentos na cidade de Belo Horizonte, contra a criminalização, a desinformação e apagamento sobre o acontecimento de 2013, mas também buscando ir além das efemérides acrílicas. É importante frisar que Junho tem características muito diversas, cada cidade e região do país vivendo a experiência insurrecional de maneira diferente. Talvez seja uma obviedade, mas a totalidade das análises demonstram quase sempre uma ênfase no Junho paulistano com algumas menções ao Rio de Janeiro. Enquanto em São Paulo a questão do aumento da passagem fez a luta estourar e reverberar por todo país, em BH a revolta foi canalizada para as questões relativas à Copa da FIFA. Esse mote apareceu também em cidades como Fortaleza e Rio de Janeiro. Mesmo dentro de Belo Horizonte há diferenças substanciais entre os chamados “grandes atos” e os protestos que ocorreram nas periferias e nas BR’s, onde autonomamente as pessoas fecharam as vias por um senso de indignação frente às precariedades cotidianas. Ainda há muito a ser descoberto sobre esses protestos invisíveis. Diferente da história senso comum que vem sendo contada, em BH as esquerdas mantiveram-se unidas e não saíram das ruas – com todos os problemas e ganhos – e a cidade não foi tomada pela direita. Esse relato sobre as manifestações na cidade pre-

tende ser um registro feito por aqueles que estiveram imersos nesse processo, tentando fazer jus a suas contradições.

Quando o Junho de 2013 explodiu em São Paulo com as manifestações do Movimento Passe Livre contra o aumento da passagem, o campo libertário de Belo Horizonte encontrava-se disperso. Nos anos anteriores, várias experiências libertárias subterrâneas foram colocadas em prática, com destaque para a Praia da Estação, um evento convocado anonimamente por autonomistas em 2010 que encontrou grande eco e força em BH, trazendo questões importantes sobre a ocupação da cidade, além de um forma organizativa horizontal e de caráter festivo que acabou atraindo vários setores da esquerda, organizados ou não. Ainda que a sensação verdadeira de que o campo autonomista e anarquista na cidade encontravam-se desarticulados, grupos como o MAL (Movimento Anarquista Libertário) e o Espaço Ystilingue estavam atuantes. Ainda assim, quando estouraram os protestos em SP, fomos todos pegos de surpresa!

A cidade passava também por uma onda de ocupações urbanas como a Ocupação Eliana Silva e Dandara, trazendo questões fundamentais sobre a cidade, a moradia e a vida comunitária. Além disso, em 2011 a formação do COPAC – Comitê dos Atingidos Pela Copa em Belo Horizonte¹ (ligada a organização nacional, a ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa), tinha como objetivo debater, promover e defender os direitos daqueles atingidos diretamente pelos megaeventos da FIFA e também funcionou como um espaço articulador e convergente das diversas esquerdas de Belo Horizonte.

No dia 15 de Junho de 2013, o COPAC convoca uma manifestação na Savassi, região nobre de Belo Horizonte, durante o primeiro jogo da Copa das Confederações organizada pela FIFA e realizada no Brasil. A manifestação começa com uma Copelada (como era chamada o futebol de rua do Comitê) e depois sai pelas ruas de Belo Horizonte, levando milhares de pessoas até a Fan Fest da Fifa na Praça da Estação – local que foi fechado para receber aqueles que queriam assistir aos jogos em um grande telão. Durante o trajeto, de maneira desorganizada, as pessoas começaram a se encontrar e a se reconhecerem. Houve pequenos embates em relação ao trajeto, formas de condução do protesto. A presença de partidos querendo “conduzir” a manifestação aguda nesse momento. No entanto, a sensação é de que até ali nunca havia-

1 <https://atingidoscopa2014.wordpress.com/>

mos tido um protesto com tantas pessoas e isso animou a convocação de uma nova manifestação para o próximo jogo que seria realizado no Mineirão.

A maneira dispersa como o movimento autônomo e libertário estava na manifestação, assim como sua crescente criminalização acontecendo por todo o país, preocupou diversas pessoas ali presentes. A sensação era de que uma maior proximidade e organização favoreceria a radicalidade dentro do ato. Na TV a opinião pública deslegitimava os protestos, principalmente aqueles que faziam uso da ação direta. Diversos partidos de esquerda também faziam a distinção entre “manifestantes” e “vândalos” ecoada tanto na mídia impressa quanto televisiva. Para pensar e conversar sobre essas questões, no dia 16 de junho houve uma reunião de anarquistas e autonomistas onde decidimos criar um bloco para ir às próximas manifestações. Neste encontro também surgiu a ideia de criarmos uma assembleia que pudesse convocar e reunir organizações e indivíduos para debater expectativas, rumos, convergências e ações possíveis. Ficou decidido que iríamos propor essa assembleia na reunião do COPAC que aconteceria no dia seguinte.

A reunião do COPAC foi realizada no dia 17 de junho em um espaço sindical. Foi constituída basicamente pelos partidos de esquerda (PSOL, PSTU, PCR, Brigadas Populares, etc), alguns sindicatos, professores universitários e outros movimentos. Ali afirmamos a necessidade de não se criminalizar as pessoas que fizessem uso de ação direta, algo que sabíamos que estava acontecendo em São Paulo e também em Fortaleza, onde manifestantes eram entregues à polícia por pessoas de “esquerda”. A proposta foi entendida e aceita, todos concordaram. Além disso, falamos da ideia de uma assembleia que fosse aberta e horizontal. De início a ideia foi questionada, para algumas pessoas dali não era desejável um espaço de organização tão aberto e chegaram mesmo a propor marcar a assembleia para ali mesmo no sindicato. Entretanto, acabaram concordando, de maneira um pouco condescendente, com a proposta da assembleia ser uma chamada geral, irrestrita e em um espaço aberto. Assim foi publicado o primeiro chamado da Assembleia Popular Horizontal (APH) a partir dos meios de comunicação do COPAC.

Nessa mesma tarde, por volta das 13 horas, ocorreu o primeiro grande protesto, partindo da Praça Sete, centro da capital mineira, em direção ao Mineirão, na zona norte da cidade. A estimativa da polícia era de 30 mil pessoas presentes no ato, havia muitos anos que não se via um protesto daquele tamanho na cidade. Ali mesmo foi feita uma votação e por maioria

esmagadora a decisão foi a de ir até o estádio do Mineirão, onde aconteceria o jogo Taiti x Nigéria pela Copa das Confederações. Estavam lá diversas organizações e coletivos. Uma imensa maioria de manifestantes carregavam cartazes criticando a Copa e divulgando diversas lutas, desde as relacionadas ao transporte público, passando pela educação, moradia e saúde. No trajeto de cerca de 11 km da Praça 7 ao Mineirão, a PM tentou inicialmente barrar o ato na metade do caminho, em um local ainda distante do perímetro “estabelecido” pela FIFA como espaço de segurança, prevista na Lei Geral da Copa nº 12.663, de 5 de Junho de² 2012. Esta legislação proibia não só o comércio informal e popular ao redor dos Estádios, mas também o livre acesso da população para atender as demandas de uma organização capitalista internacional. Esse espaço de exceção foi continuamente questionado e atacado pelos manifestantes por todo Junho de 2013 em BH.

Quando a manifestação encontrou a primeira barreira realizada pela PM na Avenida Antônio Carlos, depois de algumas tentativas de negociação e tensionamento, a Polícia liberou a marcha até o acesso da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), onde uma nova barreira com centenas de policiais já estava montada. Sem nenhum aviso, os policiais começaram a disparar bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de borracha contra os manifestantes. Um helicóptero voando bem baixo também atirou bombas nas pessoas ali presentes. Ainda assim a disposição das pessoas para o enfrentamento permaneceu, enormes fogueiras e barricadas foram montadas e a polícia foi obrigada a recuar. O ímpeto das pessoas de avançar até o Mineirão era tamanho que os confrontos se estenderam até a noite. A PM feriu diversas pessoas e deteve várias outras. No caminho de volta dos manifestantes para o centro da cidade bancos e lojas foram destruídos. Até então a cidade nunca havia visto um protesto desse tipo e nós libertários também não! Para além de todos os clichês envolvidos e todas as idealizações sobre a revolta, era evidente que algo estava acontecendo. Nunca havíamos presenciado uma disposição tão forte ao enfrentamento com a PM e a “fazer o certo”, como nos ensinou tão bem Alisson de apenas 15 anos em São Paulo³.

No dia 18 de junho, debaixo do Viaduto Santa Tereza, um local importante para a cultura em BH, onde eram realizados o evento libertário Domingo Nove e Meia e o Duelo de MCs, aconteceu a primeira Assembleia Popular Horizontal. O espaço estava lotado, mais de mil pessoas, um méto-

2 www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12663.htm

3 www.youtube.com/watch?v=dbzMGXgSW2g&ab_channel=NoticiasDaVila

do e uma forma de conduzir esse encontro foram buscados de forma muito intuitiva. O microfone era aberto e as pessoas falavam livremente sobre a situação política de BH, sobre o protesto do dia passado, sobre os protestos que aconteciam em todo país, sobre os desmandos da FIFA, questões relacionadas à cidade, ao transporte, saúde e educação. Segundo a relatoria feita, mais de 100 falaram essa noite e a impressão era de que havia uma convergência entre as organizações, partidos, coletivos e indivíduos sob essa forma horizontalizada e autônoma. Como bem explica a wiki da APH (que funcionava como um modo gestão compartilhada, aberta e transparente), esse primeiro encontro marca “o início de um trabalho coletivo-colaborativo, horizontal e suprapartidário que busca sistematizar as pautas do movimento e divulgá-las de maneira clara, bem como propor e realizar atos organizados na cidade visando uma resposta efetiva para as demandas levantadas”. Havia nessa primeira sessão um desejo de participar, de falar livremente e ser ouvido, ao mesmo tempo que uma recusa das formas engessadas da política partidária, onde as lideranças falam e logo após a burocracia da votação impera. As falas eram tão abertas e surpreendentes que um dos participantes alegando ser um “embaixador intergaláctico” propôs em assembleia a “telepatia universal” (algo que foi prontamente acatado por todos). Toda essa estranha conjunção de perspectivas, organizações, ideologias fizeram com que saíssemos de lá animados e com encaminhamentos concretos⁴, como uma agenda de ações, apontamentos temáticos sobre as questões políticas da cidade e também no cenário nacional, definições sobre os meios de comunicação da APH, a construção de um grupo de saúde e jurídico para apoio imediato aos próximos protestos.

Pela TV e internet acompanhávamos e recebíamos relatos sobre os protestos de outras cidades, víamos as manifestações crescendo exponencialmente assim como a repressão violenta e a criminalização feita pelo Estado, inclusive referendado pela mídia. Em Belo Horizonte vários protestos eram chamados pelas redes sociais de maneira difusa, ninguém poderia saber muito bem quem convocava e nem de que maneira seria, mas mesmo assim muitos de nós íamos para ver e participar.

Ainda no dia 18 de Junho havia sido chamado um novo ato em BH sem que se saiba quem o convocou. O fato do ato não ser chamado pelo CO-

4 Ata do encontro: <http://aph-bh.wikidot.com/1-sessao-da-assembleia-popular-horizontal-de-belo-horizonte>

PAC e pela APH, fez com que diversos setores da esquerda estivessem desconfiados, mas a proximidade entre o Viaduto Santa Tereza e a Praça 7 fez com que diversas pessoas saindo da Assembleia se juntassem à manifestação. Faixas anti-corrupção eram vistas, as pessoas cantavam o hino nacional e uma parte da esquerda decidiu ir embora. Mais tarde um grupo apedrejou a Prefeitura. Outro grupo criou pequenas barricadas de lixo e fogo na Avenida Afonso Pena, algumas pessoas tentaram quebrar um ônibus e bater no motorista. Anarquistas próximos discutiram com esse pequeno grupo dizendo que os verdadeiros inimigos eram os bancos. As pessoas ficaram muito animadas com a proposição e foram em direção a um dos bancos e o quebraram. Caminharam mais um quarteirão e na Praça 7 quebraram e pilharam todos os bancos próximos. A polícia, de bem longe, apenas observou e nada fez, reforçando ainda mais a estranheza do dia. Alguns disseram precipitadamente que era uma ação orquestrada pela direita, outros acreditam que o Governador Antonio Anastasia deu ordens expressas para que a PM não agisse e permitisse tais ações com o intuito de conseguir vantagens políticas. Importante lembrar também que o Tribunal de Justiça movido pelo Estado de Minas Gerais havia proibido o Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação de realizar protestos durante a Copa, o Sind-UTE recorre e o Supremo Tribunal Federal acaba derrubando a decisão. O fato é que a longa hora sem que a polícia fosse vista durante o quebra-quebra levava a crer que a intenção dessa ausência era criar fatos enquanto alimentava a opinião pública contra as manifestações... o que de nenhuma maneira reduziu a alegria genuína de diversos jovens quebrando o Itaú da Praça Sete.

Soubemos depois que o Relógio da Copa na Praça da Liberdade também havia sido quebrado – o Relógio se tornou um símbolo central nos protestos de 7 de setembro do mesmo ano e na manifestação da abertura da Copa da FIFA em 2014.

No dia 20 de junho ocorreu outro ato que ninguém sabia de verdade quem havia convocado, mas na primeira sessão da APH havíamos tirado esse dia como um ato importante nacionalmente. De fato, nesse dia aconteceram manifestações em mais de 300 cidades, sendo que no Rio de Janeiro uma multidão estimada em 1,2 milhão de pessoas saiu às ruas. O ato novamente foi estranho e errático. Ainda que uma minoria das pessoas continuavam cantando o hino nacional, com discursos anti-corrupção, cartazes contra PEC 37 e camisas da Seleção. Andávamos sem objetivos claro, fomos em direção

a Praça da Liberdade, passamos pela Área Hospitalar em completo silêncio e caminhamos até a Câmara Municipal, sendo que ela estava fechada (o atual Presidente da Câmara Gabriel Azevedo, na época um ilustre desconhecido da juventude do PSDB foi vaiado de forma unânime nesse dia). Esse protesto foi visto pela mídia como exemplar, sem violência e cívico... um protesto zumbi como passamos a chamar! A leitura desse ato demonstrou que, de fato, as ruas estavam em disputa.

Houveram diversos atos de tamanhos variados durante as últimas duas semanas de junho, em Belo Horizonte e região metropolitana, quase todos feitos de maneira auto-convocada e espontânea, inclusive com barricadas fechando BR's e quase sempre exigindo passarelas, transporte de qualidade e barato, moradia digna. Essa é inclusive uma história importante de ser melhor lembrada e estudada.

No dia 22 de junho ocorreu mais um protesto, o maior até então. As estimativas foram de cerca de 150 mil manifestantes. O ato partiu mais uma vez da Praça Sete e caminhou pela Avenida Antônio Carlos, em direção ao Mineirão. Lá ocorria o jogo da Copa das Confederações da FIFA entre Japão e México. Após a passagem pela UFMG, manifestantes entraram na avenida Antônio Abrahão Caram, onde a PM havia construído uma barreira impedindo o acesso direto ao Mineirão. Ao tentarem ultrapassar a PM iniciou o confronto. Novamente, manifestantes procuraram ingressar na “Zona de Segurança” da FIFA e a polícia reagiu com a já conhecida truculência, lançando bombas de gás, de efeito moral e balas de borracha. Em resposta os manifestantes criaram barricadas, atearam fogo e depredaram concessionárias de carros importados próximas. Havia dois helicópteros atacando a manifestação. A Força Nacional de Segurança Pública, requisitada pelo governador Antonio Anastasia à Presidenta Dilma, estava a postos no interior do Campus da UFMG, de dentro da mata atiravam contra os manifestantes na avenida. Diferentemente do primeiro protesto onde havíamos sido pegos despreparados, dessa vez as pessoas revidaram não apenas com pedras mas com rojões, bombas caseiras e coquetéis molotov. Um certo ritmo conjunto começou a ser aprendido pelos que ali estavam, atacar e recuar juntos. O “efeito manada” começou a diminuir e uma grande parte dos manifestantes passaram a aprender a lidar melhor com os estouros, explosões e tiros. Passamos a pensar e agir em conjunto em uma luta que ensinava a lutar e desejar mais. Tomávamos mais coragem pois não estávamos mais sozinhos.

Anoitece e as pessoas ainda enfrentam a polícia usando o que tem nas mãos, se defendendo com placas de trânsito (uma delas era enorme e dizia “Obra da Prefeitura de Belo Horizonte”). A cavalaria avança sobre a manifestação e os vários manifestantes, mascarados ou não, conseguem fazer as tropas recuarem. A manifestação então dispersa sob uma densa nuvem de gás que toma toda a Avenida. Quando a multidão voltava para casa, muitos indo em direção ao Centro da cidade, andando por uma Avenida Antônio Carlos deserta, manifestantes colocam fogo em uma réplica do símbolo da Copa da FIFA e de um outdoor gigantesco da Coca-Cola, a patrocinadora oficial do evento que dizia ironicamente: “Vamos colorir o Brasil”.

Nesse protesto 32 pessoas foram presas e pelos dados oficiais cerca de 20 foram para hospitais próximos, há vários relatos de médicos que tentaram ajudar as diversas vítimas da violência da PM e foram ameaçados sob a mira de armas.

Ficamos estarrecidos ao saber que Luiz Felipe Aniceto de Almeida, de apenas 22 anos, caiu do Viaduto José Alencar ao correr das bombas, justamente no entroncamento das avenidas Antônio Abrahão Caram com a Avenida Antônio Carlos. No desespero ele tenta pular de uma pista a outra e acaba caindo. Depois de muitas dificuldades para levá-lo ao Hospital, com a PM inclusive prejudicando os trabalhos de resgate, Luiz fica internado por três semanas mas não resiste e morre em decorrência da violência do Estado. Seis outras pessoas caem no mesmo local durante todos os protestos no mês de junho.

Em 23 de junho, ocorreu pela tarde, debaixo do Viaduto Santa Tereza, a segunda sessão da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte. Novamente o espaço estava lotado, cerca de 110 pessoas falaram ao microfone, muitas sugestões de pautas e de como as lutas deveriam acontecer. As principais pautas consensuadas foram as formas de comunicação “oficiais” da APH, as próximas manifestações em que estaríamos presentes, e quando seria a próxima sessão da Assembleia. Além disso, identificamos reivindicações consensuais relacionadas ao transporte e mobilidade urbana, como a revogação do aumento das passagens em Belo Horizonte ocorridas em dezembro de 2013 e a demanda de tarifa zero irrestrita; a FIFA e Megaeventos, como a revogação da Lei Geral e a prioridade orçamentária dada a Copa frente a questões básicas como educação, moradia e saúde; em relação à repressão e violência policial, a favor da retirada imediata da Força de Segurança Nacio-

nal da cidade e pedindo também a desmilitarização da polícia; e também um consenso sobre a saída de Marco Feliciano da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Como grande avanço dessa sessão, foram criados 12 grupos temáticos de trabalho (GTs) para encaminhar as discussões e propostas. Assim, esses GTs se reuniram de maneira autônoma e retornariam à APH de maneira mais qualificada e organizada. Foram eles: Mobilidade Urbana, FIFA e Grandes Eventos, Saúde, Educação, Reforma Urbana & Moradia, Polícia, Reforma Política, Minorias Políticas, Democratização da Mídia, Meio Ambiente, Cultura e Permacultura. Também começaram a ser delineados vários princípios da APH como horizontalidade, não sectarismo, não estigmatização, autonomia dos grupos de trabalho, o caráter experimental, a busca de consenso, proatividade, transparência, a busca pela eficiência, o funcionamento em rede.

No dia 25 de junho, diante da repercussão dos protestos, o governador Antonio Anastasia convida o COPAC para se reunir no Palácio do Governador. O convite surpreende, já que em todos os seus anos de governo ele nunca havia chamado nenhum movimento social para se reunir. A pauta era aberta e sua intenção pública era discutir demandas e segurança das próximas manifestações. Visto geralmente como um burocrata de perfil técnico, Antônio Anastasia era um político do PSDB e não era um idiota, nesse momento já sabia dos prejuízos que um governo performativamente intransigente era capaz de gerar – o retrato de São Paulo com Haddad e Alckmin era exemplar. Seu convite era motivado principalmente por sua preocupação frente a manifestações já convocadas para o dia seguinte. A reunião não foi encarada pelo COPAC nem como boa e nem como ruim, apenas protocolar, mas dentre um dos compromissos firmados pelo Anastasia foi o de receber novamente o movimento para discutir as pautas reivindicadas, que ainda seriam definidas nas próximas sessões da Assembleia Popular Horizontal. O COPAC ainda entregou uma pauta com dez itens envolvendo principalmente questões ligadas aos atingidos pela Copa, como os barraqueiros do Mineirão e as ocupações, a questão do transporte público e também sobre a violência policial. Um dos acordos que o governador conseguiu extrair do COPAC foi o respeito ao limite de segurança perto do Mineirão, a “Zona de Exclusão FIFA”. Em “troca” seria demarcada uma barreira sem a presença ostensiva de policiais que ficariam distantes. A Polícia Militar de Minas Gerais então só reagiria, segundo o acordo, se os manifestantes agredissem a polícia! Um representante do COPAC e um policial militar se responsabilizariam por manter o diálogo

e as negociações durante o protesto. Obviamente, isso não soou nada bem perante os diversos movimentos e mais do que isso, não havia como controlar uma revolta popular desse tipo.

Nesse mesmo dia houve a terceira sessão da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte cujo mote era o primeiro encontro dos Grupos Temáticos. Sendo assim, foi possível as pessoas se encontrarem e aderir a um GT que lhe fosse de maior interesse e também decidir em conjunto como se daria os trabalhos do grupo. Outra importante ação aconteceu também no dia 25. Os estudantes da UFMG ocuparam a reitoria da universidade, fazendo a Força Nacional desistir de ocupar o campus durante os outros jogos da Copa das Confederações. Essa ação conseguiu retirar uma garantia conjunta do Governo Federal e do Governo do Estado de que as tropas da Força Nacional não iriam utilizar a UFMG novamente como base de operações e segurança, consequentemente como um espaço estratégico de repressão das manifestações como havia acontecido na última ida ao Mineirão.

No dia seguinte, 26 de junho, mais uma manifestação gigante, envolvendo cerca de 200 mil pessoas que partiram da Praça Sete em direção ao Mineirão. Ao longo do trajeto, pessoas de bairros periféricos que geralmente não



1ª sessão da Assembleia Popular Horizontal de BH, 20 de junho, 2013.

estavam presentes no início dos atos começaram a “descer” e a acompanhar o protesto. Uma parte da marcha seguiu o acordo entre a COPAC e o governo estadual, passando direto pela Avenida Abrahão Caram. Alguns membros do COPAC chegaram mesmo a fazer uma barreira humana para indicar que as pessoas seguissem. Ainda assim, diversas pessoas se recusaram e passaram a subir a avenida tentando derrubar as grades que impediam o protesto de chegar ao Mineirão. A PM ainda que mais afastada atirou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, uma repetição que virou comum e esperada por todo esse mês de junho. Assim como no protesto anterior, a disposição ao enfrentamento aumentou ainda mais, contando agora com as pessoas mais preparadas e animadas a resistir. Isso não era pouca coisa!

No viaduto foi pendurada uma enorme faixa amarela escrita "Unfair Players: FIFA – POLICE – ANASTASIA", enquanto os focos de resistência e ataque contra a polícia e a Zona da FIFA se espalharam pelas ruas do entorno. Todas as lojas de carros e bancos próximos que ainda não haviam sido depredadas foram totalmente destruídas. Um caminhão foi colocado para fora de uma concessionária e incendiado por manifestantes, formando mais uma barricada. Uma moto é roubada, outra é jogada em uma fogueira, alguns levam televisores, outros jogam nas barricadas. Não há respeito nenhum pelas mercadorias, elas têm seus valores de troca suspensas e agora só servem para serem destruídas ou para criarem barricadas melhores. Dava a impressão de que houvesse dinheiro ali, as pessoas queimariam sem nenhum problema! Por mais que houvesse blocos organizados, a imensa maioria dos ali presentes eram “pessoas comuns”, não estavam de preto, não tinham balaclavas, muitas vezes nem cobriam o rosto. É impressionante quando as pessoas destroem com tanto empenho e felicidade as mercadorias que provavelmente teriam muitas dificuldades para comprar.

Essa negação em ato das mercadorias e potência destrutiva chegou ao ápice quando no posto de gasolina da Antônio Carlos alguns manifestantes começaram a jogar gasolina no chão. Uma discussão se forma e pessoas do bloco preto próximas intervêm, impedindo que se ateasse fogo no posto. Não demora muito para as pessoas começarem a roubar a cerveja da loja de conveniência, bebendo, distribuindo, compartilhando e também quebrando as garrafas como em um grande ritual de dispêndio e dádiva. De fato, até então Belo Horizonte nunca sequer havia visto um protesto com tamanha radicalidade!

Os confrontos com a PM seguem até a noite. Durante a volta de grande parte dos manifestantes pela Avenida Antônio Carlos, eles são caçados pela PM enquanto um major do alto de um carro de som anuncia sistematicamente pela cidade: “Pedimos agora, voltem para suas casas. Pedimos a vocês, pessoas de bem, não se misturem aos bandalheiros. Voltem para suas casas. Retornem à sua casa. Estamos devolvendo a cidade para vocês”⁵.

Cerca de 28 pessoas foram detidas naquele dia e, ainda durante a tarde, uma nova tragédia aconteceu: Douglas Henrique de Oliveira, de apenas 21 anos, um metalúrgico que acompanhava os protestos, caiu do viaduto durante a tentativa de dispersão feita pela PM⁶. Ele foi socorrido por bombeiros e transportado de helicóptero para o hospital mas não resistiu. Belo Horizonte tem mais um morto cujo motivo é a violência policial a mando do Estado para defender a FIFA.

No dia 27 de junho ocorre a quarta sessão da APH, onde frente às enormes dificuldades de conduzir um espaço que se pretenda horizontal, autônomo, autogerido e popular, as questões organizativas e metodológicas da assembleia apareceram de maneira contundente, na tentativa de evitar burocracias e principalmente o monopólio da estrutura pelas organizações de esquerda (anarquistas e autonomistas assumiram também essa autocrítica). A tendência nessas dinâmicas é não apenas que as mesmas pessoas falem, mas também que as mesmas figuras sejam “mesa”, ou seja, apresentem, conduzam, façam a mediação, controlem as inscrições, tempo, etc. O que pode parecer estranho para a maioria das pessoas, mas isso costuma ser visto como uma posição de destaque, permitindo uma maior visibilidade do sujeito e da sua organização, e também acaba por favorecer “coleguismos”, como o risco da não transparência para as inscrições, controle de tempo de fala, dentre outras coisas. Foi decidido então que para evitar os personalismos e os mesmos vícios, que quem quisesse participar destas tarefas deveriam levantar a mão e se tivessem mais de 5 pessoas, iria ser sorteada entre os interessados as seguintes tarefas: responsabilidade pela coordenação da assembleia, responsabilidade pela ata, responsabilidade pelo tempo e responsabilidade pelas inscrições. Decidiu-se também que essas funções deveriam ser sempre rota-

5 Ver: https://www.youtube.com/watch?v=o2zBax-wloc&ab_channel=Reda%C3%A7%C3%A3oUai

6 <https://www.itatiaia.com.br/noticia/morre-jovem-que-caiu-do-viaduto-rapaz-ferido-por-tiro-de-bala-de-borracha-fica-cego>

tivas e quem estivesse nessas responsabilidades não teriam direito à fala na assembleia, para evitar qualquer tipo de manipulação.

Na primeira tentativa de aplicação do método do sorteio, a pessoa sorteada para conduzir a assembleia foi um Guarda Municipal e membro do sindicato que vinha acompanhando e participando desde a primeira APH. Pane geral em nossos métodos experimentais! A assembleia começa e o guardinha conduz de maneira personalista, fazendo diversas falas arrogantes e machistas. Em pouco tempo uma mulher faz uma intervenção e propõe votar para "destituí-lo", o que é aclamado por unanimidade da assembleia... nunca mais o guardinha apareceria. Esse é de fato um caso exemplar de que nosso caráter experimental nem sempre era a melhor das opções, mais que isso, por mais que efetivamente levasse a situações novas e imprevisíveis de se organizar, muitas das nossas ideias também eram capazes de gerar mais problemas que soluções. Por outro lado as metodologias aplicadas, e quase diariamente discutidas, eram testadas e modificadas conforme a luta avançava, permitiam que a assembleia tivesse uma dinâmica rica, veloz e múltipla de como se organizar e agir.

As outras discussões dessa sessão da APH giraram em torno da análise do ato passado, como a urgência para libertar os companheiros presos, a morte do Douglas Henrique (inclusive com a proposta de mudar o nome do viaduto José de Alencar para Douglas Henrique). Também debatemos sobre a postura dos movimentos sociais que abandonaram a manifestação no meio, a necessidade de não dicotomizar o movimento entre vândalos e pacíficos, o combate a repressão policial do governador Anastasia, termos mais organização para cuidarmos melhor uns dos outros e por fim, continuar centrando as críticas ao governador do Estado Anastasia, ao prefeito Márcio Lacerda, ao presidente da Câmara Léo Burguês e ao Clésio Andrade (controlador da máfia dos transportes). Foi feito os repasses dos GTs e da reunião com o governador. Além disso, houve também a definição de uma nova ação centrada na questão do transporte e mobilidade urbana que foi marcado para a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte.

Ainda que na cidade de São Paulo (estopim para as insurgências em todo Brasil) a principal causa das manifestações fosse o aumento da passagem de ônibus, em Belo Horizonte a ênfase inicialmente recaiu sobre os desmandos da Copa. Mesmo assim, a pauta sobre as tarifas também esteve muito presente nos cartazes e reivindicações nas ruas da cidade. O transpor-

te público em BH era na época proporcionalmente o mais caro de todas as capitais do Brasil, extremamente sucateado, com aumentos anuais, precário e com estudantes tendo enormes dificuldades de acessar até mesmo o direito ao meio-passe. A cidade e a estrutura de transporte vinha sendo brutalmente reformada para criação de linhas de BRT e havia uma grande influência dos empresários do transporte nas decisões políticas municipais (enfim, uma máfia). Uma dessas decisões estava para ser definida em votação na Câmara Municipal para o dia 29 de junho e por isso a APH havia decidido acompanhar a votação deste projeto: a redução da tarifa de ônibus na Câmara a partir da redução de impostos municipais aos empresários.

No dia 29 de junho, um sábado, o número de pessoas que resolveram ir à Câmara acompanhar as votações pela manhã era alto. A Câmara deu a desculpa que as galerias do plenário não poderiam suportar o número de presentes. Dessa forma, arbitrariamente os guardas municipais limitaram a entrada de apenas 300 pessoas. Os vereadores aprovaram em segundo turno o projeto, proposto pelo prefeito Márcio Lacerda, mas cuja redução seria de apenas 5 centavos no valor das tarifas de ônibus (com isso, a passagem de ônibus passaria de R\$ 2,80 para R\$ 2,75). Essa votação causou revolta em todos, pois além de tudo, a redução não valeria imediatamente, como ocorreu em outras capitais como São Paulo. A explicação dada segundo a prefeitura é que não haveria tempo hábil para publicação de uma portaria e que logo após esse dia seria decretado férias. A votação foi espertamente marcada como a última antes do recesso!



As pessoas ali presentes, impedidas de entrar na sessão pela truculência dos seguranças, da Guarda Municipal e Batalhão de Choque resolveram ocupar a Câmara até que o Prefeito Márcio Lacerda nos recebesse e abaixasse a tarifa. Estavam revoltadas com a redução pífia através da desoneração fiscal das empresas de ônibus (que garantia o lucro exorbitante das máfias de transporte)

A Assembleia Popular Horizontal decretou a ocupação e rapidamente os diversos grupos, coletivos, partidos, organizações e indivíduos foram para a Câmara, trazendo barracas, colchões e montando uma cozinha comunitária. Logo o espaço ficou pequeno e passamos também a ocupar o jardim. Nos grandes mastros externos, três bandeiras foram hasteadas: "Ônibus Sem Catracas", "Fora Lacerda" e dos Panteras Negras "Todo poder ao povo!". Um piano apareceu no gramado. Os Grupos de Trabalho da ocupação começaram a organizar a comunicação, limpeza, rondas de segurança, comida, atividades culturais, grupos de discussão sobre o transporte, desmilitarização, políticas públicas, Arte, aulas abertas, saraus, shows, festas, reuniões de todo o tipo. Não houve um dia sequer sem uma programação extensa e variada!

Mesmo aqueles que trabalhavam e não podiam ficar na ocupação em tempo integral dedicavam algumas horas pela manhã ou à noite, pessoas de fora dos círculos militantes e artísticos iam conhecer a ocupação, senhori-nhas vinham pela manhã deixar uma sacola de pão... havia muita fartura e apoio! Uma infinidade de discussões, tendências, discordância e encontros de variadas pessoas perpassaram os longos, difíceis e prazerosos dias que estivemos lá. Os primeiros dias foram muito desafiantes, ainda que tranquilos. Entre os principais problemas estava a mídia corporativa burguesa tentando constantemente jogar a opinião pública contra o movimento, inclusive exercendo vigilância constante pelas lentes das diversas emissoras que passavam por lá todos os dias. Havia também a sabotagem da própria Câmara deixando ligado o ar-condicionado no máximo pela noite, dificultando nosso sono e cortando também a internet (que é pública). Claro que os Guardas Municipais e seguranças tratavam os "novos e nobres moradores da Casa do Povo" de maneira extremamente hostil, mas nosso principal infortúnio era o fato de que o prefeito Márcio Lacerda fingia que absolutamente NADA estivesse acontecendo.

Márcio Lacerda, era um prefeito-empresário do PSB que nunca havia tido nenhum cargo público, mas foi eleito com apoio de importantes no-

mes do PT e PSDB local: Aécio Neves e Fernando Pimentel lado a lado e literalmente de mãos dadas. Lacerda já havia sido duramente criticado por sua posição frente a Praia da Estação, o modo como lidou com o carnaval e principalmente por sua completa ignorância frente aos movimentos sociais. O prefeito que nunca havia em seu mandato-gestão feito reunião ou recebido nenhum movimento social, logo apressou-se a dizer na imprensa que "não negociaria com a faca no pescoço". A empolgação vinda das manifestações de junho, a forma organizativa horizontal e aberta da APH, o clima cultural, apoio popular e, por que não, o início das férias mantiveram o ânimo dos ocupantes elevados.

No dia 1º de junho, em uma tentativa frustrada de desocupar a Câmara, o prefeito anunciou na imprensa que haveria uma reunião entre ele e os ocupantes. O problema é que a tal reunião foi "descoberta" pouco antes da realização de uma assembleia na ocupação, de onde sairiam os nomes dos possíveis delegados que levariam às reivindicações ao prefeito. Mais uma vez, Lacerda desconsiderou toda a tentativa de construção de uma agenda comum e anunciou à imprensa a tal reunião marcada de uma hora para a outra sem combinar nada com quem de fato deveria dialogar. Realizamos então na assembleia da APH uma votação aberta e horizontal para a escolha dos delegados que iriam encontrar o prefeito repassando as propostas tiradas na APH. Essa reunião para a escolha dos delegados foi cheia, animada e controversa: diversos partidos e organizações que nunca haviam composto a APH e nem estavam no dia a dia da ocupação apareceram. Foram rechaçados e a assembleia elegeu 13 delegados e delegadas de maneira paritária.

Nossas principais propostas eram: a revogação do decreto que aumentou o preço da tarifa em dezembro de 2012 (retornando preço da passagem para R\$ 2,65); passe livre para estudantes, desempregados e aposentados; revisão dos atuais contratos com as empresas que prestam serviço de transporte municipal e a publicação da planilha de custo das empresas de transporte.

No dia 2 de junho publicamos uma carta aberta ao prefeito onde exigíamos uma reunião com a prefeitura que não fosse decidida de maneira unilateral, além da redução imediata da passagem para desocuparmos a Câmara. Do outro lado, o Secretário Municipal da época, Josué Valadão, afirmava que desocupar a Câmara era a condição para que houvesse uma audiência com o prefeito. Claro que isso também foi rechaçado pelo movimento.

Na manhã do dia 3 de junho finalmente recebemos a notícia de que nos reuniríamos com o prefeito-empresário. A reunião realizada dentro da prefeitura e cercada pela imprensa, foi transmitida ao vivo para dentro da Câmara, em consonância com um princípio essencial da APH: a transparência. A habitual falta de educação e paciência do prefeito Márcio Lacerda ficou evidente e na reunião ele emitiu uma pérola sobre seu modo de fazer política: "Eu respeito sua opinião mas ela é irrelevante". O que esperar afinal, de alguém que em 5 anos de mandato ele NUNCA havia recebido nenhum movimento social, limitando-se a governar como CEO de uma empresa?

Nem bem apresentadas nossas reivindicações, o prefeito fica nervoso e resolve terminar a reunião ao ser confrontado, levanta-se e sai. Os delegados da APH não exitam e dizem: "Ótimo, já que estamos aqui dentro ocuparemos também a prefeitura!". Os delegados também fazem troça do passado do prefeito (que de militante da ALN de Marighella, envolvido em um grande assalto e preso político na ditadura, agora era um milionário e gestor), associam a Internacional Comunista. O prefeito é aconselhado a voltar e evitando acirrar mais os ânimos, termina formalmente a reunião, assinando a ata para não desgastar sua imagem ainda mais. No final, cumprimentando os participantes da reunião, um dos delegados se recusa a cumprimentá-lo e o prefeito-empresário diz sarcasticamente: "É o seu direito, estamos em uma democracia!". Grandes ironias!

No dia 5 de julho, pressionado pela ocupação e seu grande apoio popular, enquanto ocorria uma pequena manifestação que foi da Praça 7 até a porta da Prefeitura Municipal em apoio ao movimento, o Prefeito Márcio Lacerda anuncia a redução da tarifa de ônibus, por meio da desoneração de impostos da máfia do transporte, ou seja, sem o corte no lucro dos empresários. Contudo, uma grande festa e alegria tomou a todos e todas que estavam nessa luta, era possível por meio de uma ação direta mudar as coisas.

No dia 6 de julho fica decidido em assembleia que iríamos sair e no dia 7 de julho, depois de 8 dias de resistência, intensas trocas e aprendizados, desocupamos a Câmara. Não sem antes festejarmos, nadamos ainda em uma piscininha e plástico instalada na portaria principal do prédio, comemos e dançamos. As bandeiras foram retiradas dos mastros oficiais ao som de aplausos e fomos em cortejo até "A Ocupação". Um enorme evento cultural organizado pelo GT Cultura debaixo do Viaduto Santa Tereza, justamente onde a Assembleia Popular Horizontal começou e continuaria até meados de 2015 (ainda que sem a potência inicial).

No dia 10 de julho, entrou em vigor a redução nas tarifas, que passaram de R\$ 2,80 para R\$ 2,65 nos ônibus diametrais e de R\$ 2 para R\$ 1,85 nos ônibus circulares. Lacerda demonstrou que os poderosos e seus agentes só negociam com a faca no pescoço

Essa pequena luta nós vencemos!

10 anos depois podemos ver os desdobramentos que o Junho rastejante de Belo Horizonte incentivou e potencializou, com diversas ações importantes na cidade, como o próprio prolongamento da Assembleia Popular Horizontal, a Ocupação da Prefeitura realizada pelas ocupações urbanas ainda em julho do mesmo ano, uma nova ocupação da Câmara em agosto de 2013, o apoio a resistência da Ocupação Izidora, o Encontro Libertário Terra Preta na Ocupação Guarani Kaiowá em setembro de 2013, o Viaduto Okupado (ocupação no início de 2014 do Viaduto Santa Tereza que havia sido fechado para uma reforma sem ampla discussão com a cidade), a criação de um importante movimento como o Tarifa Zero (que inicialmente era o GT de Mobilidade da APH), os protestos contra a Copa da FIFA, as ocupações Espaço Comum Luiz Estrela e Kasa Invisível, além de diversos outros desdobramentos e encontros que ainda precisamos descobrir.



Das Barricadas

relato dos bloqueios contra a PL490 em SP

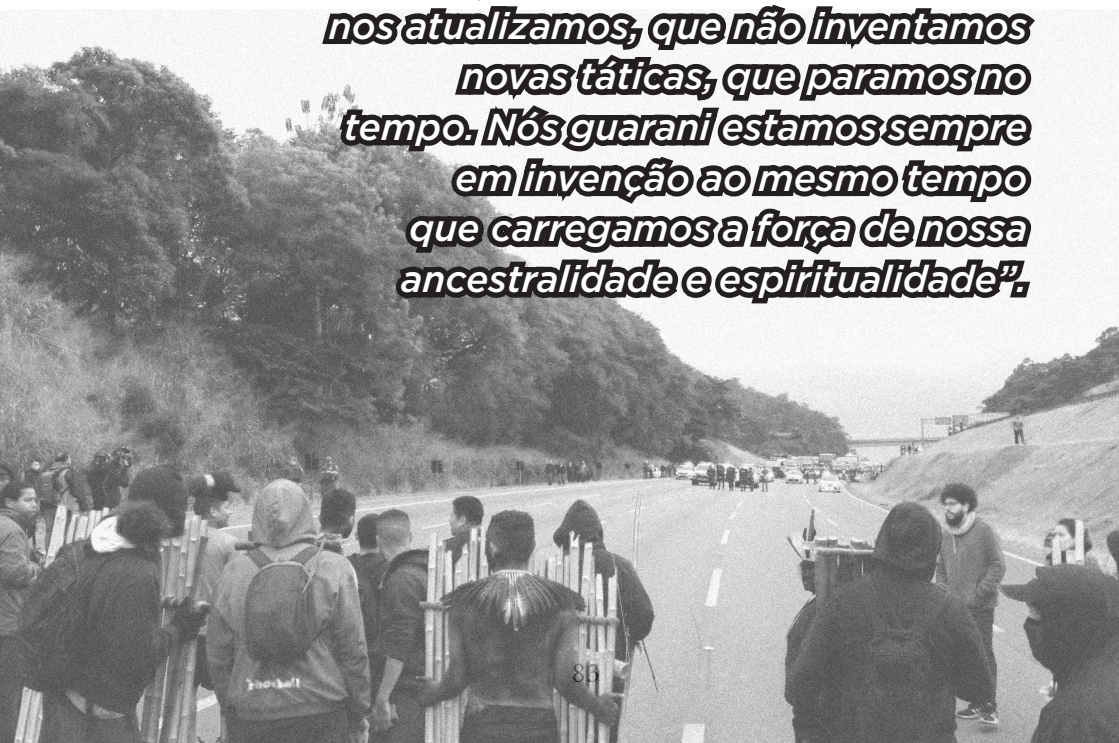
Há mais de quinhentos anos indígenas que vivem no território dominado pelo Estado Brasileiro resistem a investidas coloniais cada vez mais intensas e que com o passar dos séculos foram se reconfigurando de diferentes maneiras. Independente do governo que entra, o Estado Brasileiro continua sendo uma máquina de extermínio colonial – que não começou com o Bolsonaro e não vai terminar com o Lula.

Lula foi eleito para um terceiro mandato no último ano com a propaganda de defender os diferentes povos indígenas e seus territórios. No entanto, a matança continua e em geral reina a pacificação e o silêncio, pois a maioria dos movimentos seguem acreditando numa saída vinda de um salvador. Sabemos que enquanto houver Estado e Capitalismo, haverá a continuidade do extermínio dos povos indígenas e dos outros modos de vida. Por isso, diante da ideia de que antes do “Brasil da coroa” existia o “Brasil do Cocar”, como dizem alguns movimentos institucionalizados, é importante ressaltar que não há possibilidade de Brasil e povos indígenas coexistirem, porque todo estado-nação, sobretudo este, são construídos sobre o extermínio desses povos. Não há conciliação possível.

A cada época, surgem ataques promovidos por latifundiários, garimpeiros, grileiros, de mãos dadas com os governos da vez. Os mais recentes são a chamada tese do Marco Temporal e o Projeto de Lei 490, ou PL 490 (atualmente PL 2903). A Tese determina que as terras em processo de demarcação ou as futuras a serem recuperadas devem comprovar a ocupação no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal de 1988. Os povos Xokleng, Kaingang e Guarani da Terra Indígena Xokleng Laklaño, no Estado de Santa Catarina, são o foco deste processo. No entanto,

ele foi considerado pela Suprema Corte em 2020 como caso de Repercussão Geral, ou seja, poderá afetar a todos os povos que habitam esta terra atualmente chamada Brasil. Tal tese ignora assim o esbulho histórico dos territórios dos povos originários assim como a violência colonial que estrutura a construção deste país. Ignora também que estes povos vivem aqui antes da formação de qualquer Estado e sistema judiciário, bem como dos limites territoriais associados a eles. Como bem reafirmam os povos originários em luta contra o marco temporal: “Nossa história não começa em 1988”. A tese do Marco Temporal surgiu em 2009 num parecer da Advocacia-Geral da União sobre a demarcação do território indígena Raposa Serra do Sol em Roraima. Ela considera a data da promulgação da Constituição, dia 5 de outubro de 1988, como o marco temporal de demarcação de terras indígenas. Os povos que não estavam em seus territórios atuais antes daquela data, não terão direito àquela terra. A possível aprovação da tese do marco temporal pelo STF representa um risco para as futuras demarcações de terra, mas também poderá paralisar os processos de demarcação e homologação e favorecer questionamento dos territórios já demarcados.

“o juruá (não indígena) pensa que não nos atualizamos, que não inventamos novas táticas, que paramos no tempo. Nós guarani estamos sempre em invenção ao mesmo tempo que carregamos a força de nossa ancestralidade e espiritualidade”.



Já o PL 490, atualmente 2903, existe desde 2007 e já sofreu várias alterações, sendo aprovado na Câmara dos deputados com urgência no fim de maio e seguindo para aprovação no Senado. A ideia por trás dele é fazer valer, por meio do legislativo, a Tese do Marco Temporal. Como diz uma das frases utilizadas nas manifestações recentes contra o PL, “o número muda, mas a morte continua e os povos indígenas seguem na luta pela vida”. O texto do projeto dificulta o acesso às terras ancestrais, ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de realização de garimpo em terras indígenas e de construção de grandes empreendimentos dentro desses territórios, como hidrelétricas e mineradoras.

* * *

Frente a esse contexto de guerra permanente e de tentativa de pacificação dos potentes levantes e recuperações territoriais, grupos Guarani Mbya da terra indígena do Jaraguá, região norte da capital paulista, decidiram não esperar por uma virtual solução institucional e não silenciar frente ao extermínio. Junto com apoiadores, conspiraram e, na madrugada do dia 30 de maio de 2023, tomaram de assalto a Rodovia dos Bandeirantes – que leva esse nome em homenagem aos assassinos dos povos originários.

Na noite anterior, aconteceu uma vigília onde pessoas apoiadoras se reuniram com os moradores da aldeia. Passamos a noite em volta da fogueira conversando sobre vários assuntos, troca de olhares cúmplices, risadas e alguns momentos de silêncio, que nos permitiam ouvir o estalar das madeiras em brasa e latido dos vários cachorros que vivem ali. De fundo, escutávamos incessantemente os cantos em guarani que ecoavam da casa de reza. Após acompanharmos atentamente as análises dos Guarani sobre a luta, torna-se explícito que não se trata de uma luta isolada ou de uma opção. O enfrentamento aberto a esses projetos diz respeito à luta pela vida, à resistência que vem sendo realizada há mais de 500 anos. Trata-se de uma tentativa de barrar a expansão colonial levada a cabo pelo estado e pelo capitalismo, independentemente do governo em voga. Em um determinado momento da madrugada, a polícia invade o território pra intimidar os Guarani. Ao menos três viaturas da Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana e Polícia Ambiental rondam o local, sem sucesso. A vigília segue quente. Algumas horas depois, partimos para a ação. Na escuridão, cortada apenas pela luz da lua, naquela

noite quase cheia, nos encontrávamos escondidos atrás da mata como felinos prontos para dar o bote, carregando pneus, paus e gasolina. Não podíamos ser vistos. O coração palpitava, nos olhávamos nos encorajando. Um sinal, a correria se inicia. Como num ritual, os pneus são colocados em fila, o líquido escorre pelo asfalto e em segundos uma enorme labareda brilha e nos aquece. Ali nos mantivemos com cantos, danças e raiva, alimentando a barricada e impedindo que ela se apagasse.

Após quase quatro horas de mobilização e travamento da rodovia dos Bandeirantes, a asquerosa tropa de choque da PM nos ataca utilizando um carro blindado com canhão d'água, escudos, bombas de gás, balas de borracha, bombas de estilhaço. Todavia, em vez de recuarmos, nos mantivemos firmes sem retroceder. Nos lançamos contra a tropa de choque enquanto utilizávamos como modo de defesa alguns escudos de bambu, paus, pedras e flechas. Bordunas eram utilizadas como tacos, com os quais devolvíamos as bombas para a polícia. Por algum tempo, conseguimos segurar o avanço da polícia enquanto as crianças e as pessoas idosas presentes conseguiam se proteger e sair da linha de tiro. Um guerreiro tomou um tiro de bala de borracha na cabeça, o outro foi atingido no peito e teve de procurar um hospital. Enquanto corríamos, continuávamos sendo alvos de tiros lançados de cima de um viaduto. O gás lacrimogêneo invadiu a aldeia e intoxicou as crianças que se abrigavam na escola.

Voltamos para a aldeia onde nos encontramos para saber se todos estavam bem. E pensar qual seria o próximo passo. Enquanto isso, a polícia seguia circulando o território e voando baixo com helicóptero. Enquanto derubava alguns pedaços de árvore sobre pessoas que estavam embaixo. Logo em seguida formou-se uma nova vigília onde começaram a chegar centenas de apoiadoras para demonstrar a força dessa luta.

Passamos mais uma noite no território conversando e escutando as análises dos Guarani. Um jovem xondaro compartilhou uma ideia: “o juruá [*termo para os não indígenas*] pensa que não nos atualizamos, que não inventamos novas táticas, que paramos no tempo. Nós guarani estamos sempre em invenção ao mesmo tempo que carregamos a força de nossa ancestralidade e espiritualidade”.

O dia amanhece chuvoso, o pico encoberto, qualquer ação se torna mais difícil. Nos mantemos atentos na defesa do território e uma vigília permanente. Alguns dias depois é chamada uma manifestação que tinha como

ponto de partida o território Guarani do Jaraguá, de onde saímos em caminhada até o Pico do morro do Jaraguá, um território ancestral muito importante pros Guarani, enquanto cantávamos sem parar. Enfrentamos um sol muito intenso em meio a ladeiras e curvas enquanto olhávamos para o lado e vemos um visual impressionante de uma cidade vistoria de cima.

Subimos as ladeiras e curvas ombro a ombro, mostrando mais uma vez que a solidariedade anarquista é mais do que palavra escrita. Dez anos depois de junho 2013, sai PT, entram Temer e Bolsonaro, Lula volta ao poder, mas a mesma polícia chega a atirando a serviço dos mesmos ruralistas, defendidos pelos mesmos congressistas que querem perpetuar o extermínio indígena e o ecocídio. Nessa luta, certos movimentos e pessoas vão querer esperar uma solução vinda das urnas, outras estarão sempre dizendo que não há "uma força social" específica, como desculpa para partir não para ação. Mas estaremos aqui junto dos povos como estivemos nas jornadas de 2013: trazendo a luta para o chão. Aqui seguiremos até o fim, não há exitação, não há como voltar atrás. Como felinos, só deixamos de andar quando paramos sorrateiramente e tomamos impulso para um novo ataque.



Leituras Recomendadas

Segue uma coleção de livros e publicações recentemente lançados que consideramos relevantes para o debate das teorias e dos movimentos radicais, anticapitalistas e anarquistas aqui debatidos nessa revista. Se seu grupo tem interesse em que leiamos e divulguemos seus materiais, entre em contato por email.: facfic@riseup.net

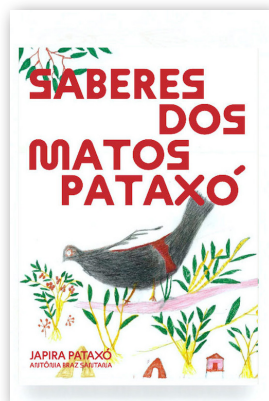


A Revolta nas Ruas: Junho de 2013 no Brasil

Livro de Matheus M. conta com o prefácio de Peter Geoderloos e apresenta o resultado de um estudo histórico-político sobre como se configuraram e se reconfiguraram as forças em luta durante as chamadas Jornadas de Junho de 2013. Os relatos aqui expostos foram escritos em meio aos estilhaços de vidro e a neblina das noites repletas de gás lacrimogêneo e fumaça das barricadas com fogo que travaram as ruas e avenidas da floresta de concreto e aço chamada São Paulo.

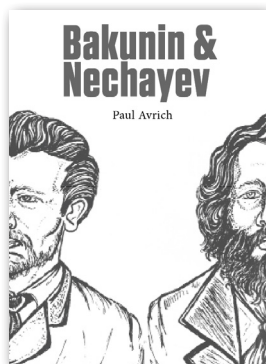
Saberes dos Matos Pataxó – Japira Pataxó (Antônia Braz Santana)

Neste novo livro da Teia dos Povos, Japira Pataxó, recém titulada doutora por notório saber pela UFMG, compartilha seu conhecimento sobre o manejo e o poder de cura das plantas de diversos biomas e espaços de cultivo — a Mata Atlântica, a restinga, o brejo, a capoeira e o quintal. O livro é ilustrado por desenhos botânicos da própria autora que incluem as plantas medicinais, as paisagens dos espaços de cultivo e os outros seres humanos e não humanos que povoam os jardins ancestrais dos Pataxó.



Ideias para desbolsionarizar o Brasil: Revista Terra Sem amos n°6

Na sua 6ª edição, a revista da editora Terra Sem Amos traz um artigo do coletivo Facção Fictícia, do colaborador Acácio Augusto e militantes radicais que buscam pensar o futuro do bolsonarismo e como podemos superá-lo, diante da ineficiência inerente ao Estado de frear o fascismo e suas variantes, assim como da necessidade vital de garantir nossa própria existência e a existência de povos, organizações e movimentos em luta.

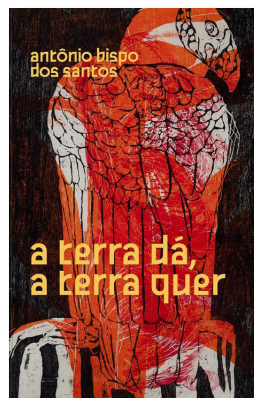


"Bakunin & Nechayev" – Paul Avrich:

Livro de Paul Avrich, editado por Facção Fictícia, que conta a história, o contexto e as implicações do encontro entre o célebre anarquista e um dos mais controversos personagens de sua época: Sergey Nechayev. Debate conspiracionismo fraticida do jovem russo que mentiu, roubou, matou e foi pivô da expulsão de Bakunin da Internacional. Acompanham as cartas de Bakunin a Nechayev.

"A terra dá, a terra quer" – Antônio Bispo dos Santos

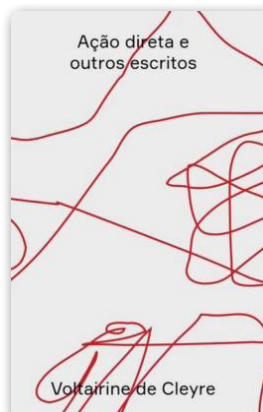
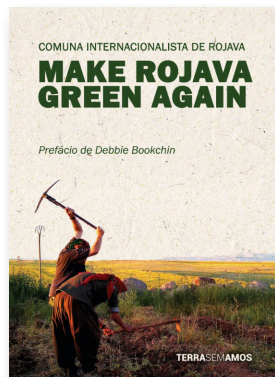
Livro que registra de modo inédito muitos dos saberes transmitidos pela oralidade por esse “lavrador de palavras” acerca do agronegócio, das cidades, das favelas, dos condomínios fechados e da arquitetura. Transitando por muitos mundos, Bispo semeia potentes traduções de questões cruciais para o nosso tempo como ecologia, clima, energia, trabalho, cultivo e alimentação.



"Make Rojava Green Again" – Comuna Internacionalista de Rojava

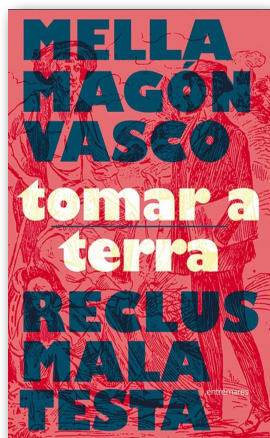
“O que as estruturas sociais de Rojava têm que tanto inspiram a feroz lealdade dos seus defensores e do seu povo?” Este livro responde a essa pergunta. Lançado em 2018, a Comuna Internacionalista aborda os desafios organizativos, ecológicos, militares, culturais e étnicos de se fazer uma revolução, atravessar uma guerra e construir um mundo sustentável e ecológico no meio disso tudo com protagonismo das mulheres e dos povos.

Tradução para português por Editora
Terra Sem Amos.



"Ação direta e outros escritos" – Voltairine de Cleyre

Pela primeira vez os textos da autora aparecem em uma versão livro no Brasil pela editora Hedra. "Ação direta e outros escritos" é uma antologia de três textos fundamentais para a compreensão do pensamento de Voltairine de Cleyre, contemporânea de Emma Goldman e uma das principais anarquistas das américas na virada do século XX.



"Tomar a terra" – Errico Malatesta, Neno Vasco, Ricardo Mella, Élisée Reclus e Ricardo Flores Magón

O livro da editora Entremares foi batizado em alusão a um artigo de Ricardo Flores Magón publicado no seio da Revolução Mexicana. Alguns dos textos são inéditos em português e outros reeditados afim de promover maior acesso a leitores. Sendo a temática da luta pela terra considerada um campo fértil para o Socialismo Libertário. Esses textos que já foram amplamente reproduzidos em periódicos, folhetins populares, alguns traduzidos para inúmeros idiomas podendo ser considerados por isso clássicos da luta camponesa internacional. São obras de anarquistas que apostaram no campesinato como agentes transformadores da sociedade. O leitor encontrará relevante relação entre o ontem e o hoje!

INTERNACIONAL FICTÍCIA:



• QUEIME DEPOIS DE LER •

O BRASIL É INDEFENSÁVEL

